

EDITAL Nº 010/CCLI/SEDE/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

OBJETO: Contratação de empresa Seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, apólices básica e complementar, para todos os empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09/03/2023 às 08:59 h.
- ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/03/2023 às 09:00 h.
- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES: Poderão ser encaminhados até o dia 06/03/2023, às 18:00horas, para o seguinte e-mail, com indicação do número da licitação:
 - e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br
- REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- VALOR DO EDITAL PARA RETIRADA NA NAV BRASIL: R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 4.260.840,38.
- A NAV Brasil utilizará o portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras - (COMPRASNET) para realização desta licitação.

ENDEREÇO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS (PROTOCOLO)

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Gerência de Compras e Contratos

Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, Fone: (21) 2174 -7296

HOME PAGE: <http://www.navbrasil.gov.br/licitacoes>

Diretoria de Administração
Gerência de Compras e Contratos
Coordenadoria de Licitações

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

Sumário

PREÂMBULO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA
2. DO OBJETO
3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
4. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
11. DA HABILITAÇÃO
12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
13. DOS RECURSOS
14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

17. DO TERMO DE CONTRATO
18. DO REAJUSTE
19. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
21. DA SUBCONTRATAÇÃO
22. DO PAGAMENTO
23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
24. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
25. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
26. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA
27. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)
28. DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE
29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

Torna-se público que a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Av. General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, representada pelo seu PREGOEIRO, designado pelo Ato Administrativo nº SEDE-AAA-2023/00001, de 2 de janeiro de 2023, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEDE-ADM-2023/00205, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de execução de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013; da Resolução CNSP nº 439, de 04 de julho de 2022; e da Circular SUSEP nº 667 de 04 de julho de 2022; sob as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, disponível no sítio eletrônico www.navbrasil.gov.br/transparencia e exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O encaminhamento da proposta de preços terá início com a divulgação do Aviso de Licitação no sítio www.gov.br/compras, até às 08:59 h do dia 09/03/2023, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo os documentos necessários à habilitação encaminhados para análise do Pregoeiro, no prazo estabelecido neste Edital, após solicitação pelo sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.

O presente Edital foi aprovado, nos termos do art. 4º, inciso II, c/c art.27, § 6º, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, pelo seu Órgão Jurídico por meio do Parecer nº SEDE-PAR-2023/00033, inserto no Processo Administrativo nº SEDE-ADM-2023/00205.

Data da sessão: 09/03/2023

Horário: 09:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Código UASG: 928680

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA

- 1.1. Modalidade de licitação: **PREGÃO**;
- 1.2. Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação;
- 1.3. Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**;
- 1.4. Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**;
- 1.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**;
- 1.6. Modo de disputa: **ABERTO E FECHADO**;
- 1.7. Forma de Entrega: **PARCELADO**.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa Seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, apólices básica e complementar, para todos os empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., pelo prazo de 30 (trinta) meses, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 2.2. A licitação será realizada em um único item conforme subitem 1.1. do Termo de Referência.
- 2.3. Havendo divergências entre descrições expostas no subitem 1.1 do Termo de Referência e as descrições do COMPRASNET, prevalecerão as informações constantes no Edital e seus anexos.
- 2.4. **O critério de julgamento adotado será a menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.**
- 2.5. O objeto licitado trata-se de serviço comum e contínuo.
- 2.6. As propostas deverão ser formuladas e apresentadas pelo **prazo de 30 (trinta) meses**.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados:

3.1.1. Sem ônus, nos sites de licitações da NAV Brasil, no endereço: www.navbrasil.gov.br/licitacoes; ou

3.1.2. No Protocolo da NAV Brasil, localizada na Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, mediante o preenchimento e assinatura do Protocolo de Entrega, conforme Anexo III;

- a) a empresa interessada deverá credenciar representante para retirar o Edital;
- b) após a entrega do Edital, a área Financeira da NAV Brasil emitirá boleto bancário, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que será encaminhado ao endereço eletrônico informado pela empresa no Protocolo de Entrega; e
- c) a ausência do pagamento do boleto no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

NOTA: Eventuais solicitações de cópias de documentos relativos a este processo licitatório observarão os procedimentos constantes do subitem 3.1.2.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios, consignados no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da NAV Brasil, conforme declaração de disponibilidade orçamentária presente no correspondente Processo Administrativo.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.gov.br/compras.

5.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

6.2. A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

6.3. Não poderão participar desta licitação:

6.3.1. Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da NAV Brasil;

6.3.2. Empresa suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com a NAV Brasil;

6.3.3. Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a NAV Brasil, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- 6.3.4. Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 6.3.5. Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 6.3.6. Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 6.3.7. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses;
- 6.3.8. Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 6.3.9. Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 6.3.10. Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 6.3.11. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.3.12. Empresa submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- 6.3.13. Próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 6.3.14. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da NAV Brasil, ou com empregado cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação, ou com autoridade do ente público a que esta empresa pública esteja vinculada;
- 6.3.15. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;e
- 6.3.16. Consórcio, sob nenhuma forma.
- 6.3.17. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário) e Acórdão nº 2.426/202- TCU-Plenário.
- 6.3.18. Entidades declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de

contratar com a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme disposto no art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016.

6.3.19. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.20. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente .

6.3.21. Que se enquadrem nas vedações previstas nos arts. 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

6.4. Além das vedações citadas no item 6.5 deste Edital, não poderão participar do presente certame, as Microempresas (ME); as Empresas de Pequeno Porte (EPP); os Empresários Individuais; os Microempreendedores (MEI); e as Cooperativas, em razão da exigência legal para constituição e atuação das empresas seguradoras, haja vista que para operarem no mercado de seguros e estarem enquadradas na prestação do serviço referente ao objeto desta licitação, tais empresas, estão limitadas à natureza jurídica de Sociedade Anônimas, conforme parágrafo único, do art. 757 do Código Civil c/c o art. 24 do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e art. 3º, §4º, inc. VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.5.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

6.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.5.7. Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de

reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. O licitante acompanhará as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando o responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O licitante deverá cumprir o inteiro teor do subitem 6.7 deste Edital.

7.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

7.6. Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico e até a data e horário marcados para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio eletrônico.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital.

7.8. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.9. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.12. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.15. O orçamento de referência desta contratação é de R\$ 4.260.840,38 (quatro milhões e duzentos e sessenta mil e oitocentos e quarenta reais e trinta e oito centavos).

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total e global do item, pelo período de 30 (tinta) meses, em conformidade com item 8.2 deste Edital; e

8.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

8.2. Por se tratar de uma licitação onde será ofertada o menor preço global, referente à menor Taxa de Emissão de Apólice, por tipo de apólice, com base no valor segurado de dezembro de 2022, sendo certo que o sistema eletrônico COMPRASNET não está apto a aceitar oferta de proposta em porcentagem, visando tornar possível a realização de lances, foi estabelecida uma metodologia para fins de demonstração e elucidação para as eventuais empresas participantes da licitação a ser realizada, onde a menor proposta global em REAL (R\$) corresponderá a menor Taxa de Emissão de Apólice.

8.2.1. Assim, tendo em vista que a Taxa de Emissão de Apólice deve ser expressa em 6 (seis) casas decimais, não podendo a taxa mensal para a apólice complementar ser superior a 10% (dez por cento) da taxa da apólice básica, conforme prevê o item 17.1 do Termo de Referência, o valor a ser cadastrado no sistema deverá ser aquele obtido como resultado da aplicação do percentual da Taxa de Emissão da Apólice ofertado pela empresa licitante, sobre o valor

segurado de dezembro de 2022, utilizado como referência no presente processo, conforme exemplificado na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA DE EMISSÃO DE APÓLICE PROPOSTA (meramente exemplificativo)	CAPITAL SEGURADO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL (30 MESES)
1	Emissão de apólice básica , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,098877%	R\$ 238.858.342,40	R\$ 236.175,96	R\$ 7.085.278,90
2	Emissão de apólice complementar , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,108765%	R\$ 50.777.008,80	R\$ 55.227,46	R\$ 1.656.823,84
VALOR GLOBAL						R\$ 8.742.102,74

8.2.2. Diante da demonstração acima, o valor global da proposta seria de R\$ 8.742.102,74 (oito milhões e setecentos e quarenta e dois mil e cento e dois reais e setenta e quatro centavos), sendo: R\$ 7.085.278,90 (sete milhões e oitenta e cinco mil e duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos) para o item 01 do grupo, referente à taxa de emissão de apólice proposta de 0,098877%; e R\$ 1.656.823,84 (um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), para o item 02 do grupo, referente à taxa de emissão de apólice proposta de 0,108765%, que por sua vez observou o limite de 10% da Taxa de Emissão de Apólice para a apólice básica.

- 8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos
- 8.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência



de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas; e

8.8. Havendo qualquer discrepância entre o(s) item(ns) cadastrado(s) no sistema de compras governamentais e o Edital, deverá sempre prevalecer o Edital e os seus Anexos.

SEÇÃO II - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e global do item pelo prazo de 30 (trinta) meses, observada as disposições do item 8.2 deste Edital.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos, sendo que, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.8.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.17. Concluída a fase de lances e classificadas as propostas, será efetivada a verificação automática junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

9.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido no item 8.2 deste Edital e seus anexos.

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos arts. 36 e 37, do Decreto nº 10.024/2019.

9.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.22.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.24. Será promovida a verificação da efetividade da melhor proposta em conformidade com o disposto no art. 56, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único, art. 7º e no art. 26, §9º, do Decreto nº 10.024/2019.

10.2. A Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

10.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

10.3.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

10.3.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

10.3.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

10.3.4. Apresentar preço manifestamente inexequível;

10.3.5. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

10.5. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 13.303/2016.

10.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

10.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

10.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha Estimativa de Custos com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos.

10.11. Erros no preenchimento da planilha/proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha/proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

10.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limitará ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime; e

10.11.3. O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

10.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e/ou exequibilidade da proposta, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.14. Não será desclassificada a proposta ou o lance com valor acima do estimado para contratação, sem que seja oportunizada a negociação, respeitada a ordem de classificação.

10.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores);

a) também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransperencia.gov.br/sancoes/cnep), conforme §§ 1º e 2º da Lei nº 13.303/2016 c/c o art. 22 da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Para a consulta de licitantes pessoas jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3; 11.1.4 e 11.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a) caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

b) a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

c) o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à qualificação técnica.

11.3.1 O interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.3.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Ressalvado o disposto no item 7.9, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.9. Habilitação jurídica:

11.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.10.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.10.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.10.4 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.10.5 No caso de Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.10.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente arquivados/registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas correspondente;

11.10.7 Prova de inscrição ou registro da licitante junto à Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação;

11.10.8 Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, comprovando que a seguradora não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial, fiscalização extraordinária e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

11.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

11.11.1 Certificado de regularidade perante ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.11.2 Prova de regularidade com a Fazenda Federal; e

11.11.3 Certificado de regularidade perante ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

11.11.4 A entrega do SICAF, dentro da validade, substituirá as certidões que nele consistem.

11.11. Qualificação Econômico-Financeira:

11.12.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante;

11.12.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

11.12.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.12.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.13 Qualificação Técnica:

11.13.1. Comprovação de inscrição ou registro junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação;

11.13.2. Comprovação de regularidade, mediante Certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

11.13.3. Certidão ou documento equivalente, expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade, comprovando que a seguradora não se encontra em liquidação extrajudicial ou fiscalização extraordinária, nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966;

11.13.4. Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Termo de Referência, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quem tenha firmado contrato para seguro de vida e acidentes pessoais em grupo.

11.13.5. Comprovação de que o licitante possui ao menos uma apólice de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo vigente, emitida para entidade pública ou privada considerada empresa de grande porte, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638/2007;

11.13.6. A comprovação de que trata o item anterior poderá ser realizada:

- a) mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica ou mediante cópia da especificação do seguro da apólice, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto do Termo de Referência; ou
- b) cópia da apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo; ou
- c) apresentação de cópia de contrato e/ou outro documento hábil que evidencie a efetiva prestação de serviço compatível com o objeto do Termo de Referência;

11.13.7. Caso o licitante opte por demonstrar sua qualificação mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica, este deverá ser impresso em papel timbrado pelo emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) CNPJ e razão social da instituição emitente do atestado, e
- b) nome, endereço, cargo, e-mail e telefone do signatário da instituição emitente do atestado.

11.13.8. A contratação do seguro será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, sem participação de corretor ou de empresa corretora de seguros, que também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras, tampouco a proposta deverá conter item de despesa de corretagem, conforme Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário, de 23 mar. 2015 e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.13.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.13.10. O critério de aceitabilidade de preços serão:

11.13.10.1.valores unitários, referente à menor taxa de emissão de apólice,

conforme modelo de proposta, Anexo VII deste Termo de Referência.

11.13.11. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

11.13.12. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas neste edital.

11.14 Requisitos para os Atestados de Capacidade Técnica:

11.14.1. A critério da NAV Brasil, nas situações em que julgar necessário, poderão ser realizadas diligências com a finalidade de entender, esclarecer e/ou comprovar as informações contidas no(s) atestado(s) de capacidade técnica entregue(s).

11.14.2. Poderão ser solicitadas cópias de documentos complementares como contratos, notas fiscais e notas de empenho. Porém, não serão executadas diligências para acrescentar informações obrigatórias ausentes no(s) atestado(s) apresentado(s).

11.14.3. A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) atestado (s) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios e/ou sofrer diligências e/ou constatada inexatidão das informações atestadas, desconstituirá o(s) atestado(s), o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal (MPF), para fins de apuração de responsabilidades.

11.14.4. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão admitidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

- a) são consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou e tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente.

11.14.5. O(s) referido(s) atestado(s) deverão estar relacionados ao objeto da licitação;

11.14.6. O(s) referido(s) atestado(s) deverão ser pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;

11.14.7. O(s) referido(s) atestado(s) poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a correta identificação do emissor;

11.14.8. O(s) referido(s) atestado(s) deverão ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;

11.14.9. O(s) referido(s) atestado(s) deverão estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão/empresa,

diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);

11.14.10. O(s) referido(s) atestado(s) deverão conter identificação clara e suficiente do atestante; e

11.14.11. O(s) referido(s) atestado(s) deverão apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo constante do Termo de Referência, anexo a este Edital.

12.1.3. Conter a indicação da instituição bancária, número da conta corrente e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Termo de Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com o valor unitário e o valor global em algarismos arábicos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.5.1. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “chat” ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. As regras acerca da garantia da execução contratual são as estabelecidas conforme Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, anexos a este Edital.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Serviço/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Ordem de Serviço ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.2.1. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos; e

17.2.2. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 13.303/2016 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) meses prorrogáveis, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão no Termo de Referência e Termo de Contrato, anexos a este Edital.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de Contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do Termo de Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Termo de Contrato.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Termo de Contrato.

18. DO REAJUSTE

18.1. As regras acerca do reajuste em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas conforme Termo de Referência e Minuta de Termo de Contrato, anexos a este Edital.

19. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de aceitação, execução do objeto e de fiscalização, incluindo a Avaliação de Desempenho, estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista que o objeto não apresenta vultuosidade que viabilize a subcontratação parcial do objeto, tendo por certo que é inadmissível a subcontratação integral.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras a cerca do Pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a Contratada que:

23.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. fraudar na execução do contrato;

23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

23.1.5. cometer fraude fiscal.

23.1.6. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

23.2. Sem prejuízo das sanções ajustadas na Cláusula Décima Terceira do Termo de Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as outras penalidades previstas no Termo de Referência, tratadas a seguir.

23.3. Multa sobre o valor do Contrato, conforme se infere abaixo:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% (dois décimos por cento) até 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato; e
- e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.4. Rescisão contratual e multa de 10% (dez por cento) do valor total global do Contrato, quando a falta, no entender da CONTRATANTE justificar a adoção destes atos, podendo ainda ficar suspensa de licitar e impedida de contratar com a NAV Brasil pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais; e

23.5. Responder por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

23.6. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à CONTRATADA que:

23.6.1. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

23.6.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

23.6.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

23.6.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

23.7. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa prévia, conforme preconiza o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016;

23.8. Da decisão da FISCALIZAÇÃO sobre a aplicação da multa contratual caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;

23.9. A autoridade competente, ouvida a FISCALIZAÇÃO, decidirá pela procedência ou não do Recurso; a decisão deverá ser comunicada formalmente à CONTRATADA;

23.10. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do pagamento que a CONTRATADA fizer jus.

23.11. Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido dos valores a serem pagos ou cobrado mediante competente processo judicial.

23.12. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar além da pena de multa à CONTRATADA, garantida a defesa prévia, as seguintes sanções:

23.12.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.12.2. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a entidade sancionadora opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.13. As sanções previstas no Termo de Referência poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, em consonância com o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

23.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:

23.15. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.16. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

23.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até as 18:00 horas do 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet

24.2. O pedido de esclarecimento deverá ser enviado, pelo e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.

24.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

25.1. Até às 18:00 horas do 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação deverá, como requisito para sua admissibilidade, ser formal, datada e assinada pelo responsável pela impugnação, e conter a apresentação das razões e indicação do item a ser impugnado, bem como o fundamento legal para a impugnação apresentada.

25.3. A impugnação poderá ser encaminhada por forma eletrônica, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br ou protocolada no endereço da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., dirigida à Coordenadoria de Licitações.

25.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

26. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

26.1. O prazo de entrega/execução deverá respeitar os dispostos no Termo de Referência, anexo a este Edital;

27. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)

27.1. O licitante deverá cumprir o previsto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme estabelecido no Termo de Referência, na Minuta de Termo de Contrato e nas regras para o preenchimento do Anexo VIII (Termo de Confidencialidade e Sigilo), todos anexos a este Edital.

28. DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE

28.1. As regras acerca da Política de Integridade deverão ser observadas pela Contratada, conforme previsto no Termo de Referência e Minuta do Contrato, anexos a este Edital.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

29.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 29.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 29.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico - www.gov.br/compras ou www.navbrasil.gov.br/licitacoes, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, nos dias úteis, no horário das 08:30h às 12:00h e 13:00h às 16:30h.
- 29.11. Eventuais erratas neste Processo Licitatório serão publicadas no Portal de Licitações na NAV Brasil e no Portal de Compras (ComprasNet).
- 29.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 29.12.1. ANEXO I – Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;
 - 29.12.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
 - 29.12.3. ANEXO III – Modelo de Protocolo de Entrega;
 - 29.12.4. ANEXO IV – Modelo de Ordem de Serviço;
 - 29.12.5. ANEXO V – Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo;
 - 29.12.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de adesão à política de transações com partes relacionadas;
 - 29.12.7. ANEXO VII – Modelo de Tratamento de dados pessoais – LGPD;
 - 29.12.8. ANEXO VIII Minuta do Termo de Contrato; e
 - 29.12.9. ANEXO IV – Termo de Referência.
 - 29.12.9.1. Apêndice I – Relação de data de nascimento, sexo e remuneração dos empregados;
 - 29.12.9.2. Apêndice II – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
 - 29.12.9.3. Apêndice III – Matriz de Riscos;
 - 29.12.9.4. Apêndice IV – Tabela Salarial de Cargos Regulares;
 - 29.12.9.5. Apêndice V - Tabela de Remuneração de Funções para Cargo de Livre Provisão;
 - 29.12.9.6. Apêndice VI - Sinistralidade da Apólice Básica Atual;
 - 29.12.9.7. Apêndice VII - Modelo da Proposta de Preços.



Rio de Janeiro, XX de novembro de 202X.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

ANEXO I

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA – NAV BRASIL

Endereço, Estado (UF)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO]/2023

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.S^{as}. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos que nossa empresa se encontra cadastrada junto ao SICAF (se for o caso), conforme exigências do Edital.

Em cumprimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do Edital e seus Anexos.

Declaramos sob pena da lei, em especial do art. 24 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., que nossos diretores; responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado da NAV Brasil, bem como nossa empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação em epígrafe.

Declaramos, ainda, não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, CPF n. _____, E-mail _____, fone n. (____) _____.

Atenciosamente,

Local e data.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA**

À

NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S/A – Endereço, Estado (UF)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2023

Prezados Senhores,

_____[identificação completa do representante da Licitante]_____, como representante devidamente constituído de _____[identificação completa da Licitante]_____ (doravante denominado Licitante), para fins do Edital do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da NAV Brasil antes da abertura oficial das propostas; e



- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ

**ASSINATURA COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE
LEGAL**

ANEXO III

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA

Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/ 2023

Data de Abertura da Licitação: DD/MM/AAAA

Objeto:

CONTRATAÇÃO_____.

EMPRESA:	
Endereço:	
E-mail: (Obrigatório)	

CNPJ:	
REPRESENTANTE:	
IDENTIDADE:	DATA: ____/____/20__
CPF:	Tel.:

Recebi da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. toda a documentação referente ao Edital e seus Anexos relativos à contratação em tela.

Estou ciente que o valor de R\$ 50,00 deverá ser pago por intermédio de boleto bancário que será encaminhado nos próximos dias pela NAV Brasil ao endereço eletrônico: _____ e, ainda, que a ausência do pagamento no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO IV

ORDEM DE SERVICO (MODELO)

CONTRATADA: xxxxxxxx

ORDEM DE SERVIÇO Nº XX/202X

Comunicamos que a empresa supracitada está autorizada a iniciar os serviços, objeto do TERMO DE CONTRATO Nº XXXXXX, assinado em XX de XX de 2022, conforme estabelecido a seguir:

1 – OBJETO CONTRATADO/SERVIÇO A EXECUTAR

XXXXX

2 – DEPENDÊNCIA/LOCAL DA EXECUÇÃO DA OBRA

XXXXXXXX

3 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

XXXXX

4 – PREÇO TOTAL DO CONTRATO

R\$ XXXXX (XXXX reais).

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – O período de medição do Termo de Contrato deve ocorrer entre os dias XX (XXXX) do mês anterior ao dia XX (XXXX) do mês de competência da medição (exemplo: de 26/09/2021 à 25/10/2021, sendo outubro o mês de competência da medição);

5.2 – A nota fiscal deve ser emitida até o último dia útil do mês em que se encerra a XXXXX;

5.3 – Os pagamentos mensais serão efetuados no 12º (décimo segundo) dia útil após a apresentação do documento de cobrança no protocolo da NAV Brasil ou ao gestor do Contrato, desde que os documentos de cobrança apresentados à NAV Brasil estejam corretos;

5.4 – A contratada deverá apresentar a documentação prevista no item XX do Termo de Contrato, bem como cronograma físico-financeiro atualizado, sob pena de ser suspenso o pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, até que tal exigência seja atendida;

42



5.5 – A subcontratação ainda que parcial dos serviços objeto da presente ordem de serviço, sem o prévio e expresso consentimento da NAV Brasil, constitui-se motivo para rescisão contratual.

Rio de Janeiro, XX de XXXX de 202X.

Assinatura do Responsável pela emissão da Ordem de Serviço

ANEXO V

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO (MODELO)

Pelo presente instrumento, a Empresa XXXXX (denominação) e XXXXXXXX (qualificação), inscrito(a) XXXXXXXX no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede à XXXXXXXX, doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por (nome e qualificação) inscrito(a) no CPF sob o nº XXXX, tem como confidencialidade manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - NAV Brasil, situada à Av. General Justo, 160 – Centro – CEP 20021-130 - Rio de Janeiro – RJ, BRASIL, doravante denominada NAV Brasil, neste ato representada por XXXXXXXX, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “*Know how*”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A LICITANTE/CONTRATADA se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação.

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à LICITANTE/CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 A LICITANTE/CONTRATADA tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da LICITANTE/CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de contratação, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da NAV BRASIL, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto desta contratação.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto desta contratação, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA, a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a LICITANTE/CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A LICITANTE/CONTRATADA declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

a) as informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que cheguem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da LICITANTE/CONTRATADA.

b) as informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.

c) as informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a LICITANTE/CONTRATADA de comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) Os, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto desta contratação, assinado entre as partes.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo não liberará a LICITANTE/CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida, e

8.3 A LICITANTE/CONTRATADA a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo deve ser mantido em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente Termo representará o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, de XXXXXXXX de 202X.

Assinatura do representante da LICITANTE/CONTRATADA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ADESÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (PESSOA JURÍDICA)

1. Em atenção à “Política de Transações com Partes Relacionadas” da NAV Brasil, a fim de afastar conflito de interesses, DECLARO que esta empresa não se enquadra na definição de Parte Relacionada, nos termos de seu art. 3º, inc. VI, alínea “b”, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis, observadas, em especial, as diretrizes e vedações expressas, respectivamente, nos arts. 6º e 7º.

1. Além do exposto, DECLARO: 2.1. Que esta transação não foi estabelecida em condições distintas das de mercado e/ou de forma a prejudicar os interesses da NAV Brasil.

2.2. Que esta transação não constitui contrato gratuito, ou seja, sem contrapartida para a NAV Brasil; e

2.3. Que a presente empresa não possui em seu quadro, administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, que seja diretor ou empregado da NAV Brasil, ou, ainda, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses.

2. Nesse sentido, FAÇO CONSTAR os dados da empresa e o correspondente Quadro de Sócios e Administradores (QSA):

3.1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

Endereço: [ENDEREÇO DA CONTRATADA]

CNPJ: [NÚMERO]

Telefone: [NÚMERO]

E-mail: [EMAIL DA CONTRATADA]

3.1. QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA):

Nome do Administrador/Sócio	CPF
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]



[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]
-----------------	----------

3. Por fim, esta empresa se coloca à disposição para apresentar esclarecimentos e/ou documentos à Contratante que porventura lhe sejam solicitados, submetendo-se, por toda a execução contratual, à verificação das informações por ora declaradas.

Rio de Janeiro, **XX** de **XXXXXX** de 2023

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

ANEXO VII
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Pelo presente termo, declaro que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, sobre as formas de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD. Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento. Por fim, declaro ainda ciência sobre as condições do tratamento dos meus próprios dados pessoais.

Local, XX de XXXXX de 2023



ANEXO VIII

TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE CONTRATO Nº [NÚMERO]-SS/2023/0001

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEDE-ADM-2023/00207

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2022

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA COBERTURA DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO, COM EMISSÃO DE APÓLICES BÁSICA E COMPLEMENTAR, PARA TODOS OS EMPREGADOS, DIRETORES E EX-EMPREGADOS APOSENTADOS DA NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., QUE ENTRE SI CELEBRAM A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA].

A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.736.102/0001-10, situada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130, representada por seu Presidente, o Sr. JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CPF nº [Número] e CI nº [Número], emitida pelo [Órgão], e pelo seu Diretor de Administração, o Sr. CARLOS ROBERTO SANTOS, CPF nº [Número] e CI nº [Número], emitida pelo [Órgão], doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [Nome da Empresa], CNPJ nº [Número], Inscrição Estadual nº [Número], estabelecida na [Endereço], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [Nome], CPF nº [Número], portador da CI nº [Número], emitida pela [Órgão], com fundamento no art. 68, da Lei nº 13.303/2016, e no art. 52 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, conforme o Processo de Licitação nº SEDE-ADM-2023/00205, decorrente do Pregão nº XX/2023, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço comum de empresa seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, com emissão de apólices básica e complementar, para todos os empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência; e

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2023 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Administração mantenha o interesse no serviço;
- 2.1.3. O valor permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e
- 2.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições que propiciaram a sua habilitação.

2.2. A contagem do prazo de vigência do presente instrumento inicia-se da data da assinatura do Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O valor global do presente instrumento é de R\$ XXXX [VALOR POR EXTENSO]; e
- 3.2. Nos referidos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação será executada pelo regime de empreitada por preço unitário.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários a serem utilizados para o custeio das despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios da NAV Brasil e encontram-se previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG) para o Exercício de 2023, na seguinte rubrica:

- 5.1.1. Conta Contábil: 311.03.010-1 (Seguro de Vida em Grupo);
- 5.1.2. Dependência: 001 (Administração Central); e
- 5.1.3. Centro de Custos: 20.145-6 (Gerência de Pessoas).



6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DO PRÊMIO

- 6.1. O pagamento do prêmio será efetuado mensalmente, conforme estabelecido no Termo de Referência;
- 6.2. É assegurado à CONTRATANTE o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela CONTRATADA, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos;
- 6.3. As notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes, referentes à prestação dos serviços contratados, deverão ser emitidas para o CNPJ nº 42.736.102/0001-10, da matriz da CONTRATANTE, localizada na Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.021-130 e, posteriormente, entregues à FISCALIZAÇÃO, para as devidas providências de processamento do pagamento; e
- 6.4. As demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no correspondente Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 7.1. O preço contratual poderá ser reajustado, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, após decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta no respectivo processo licitatório;
- 7.2. O reajuste do valor contratado será realizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo;
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 7.4. Nos casos em que a revisão possa onerar o Contrato, desde que ocorram fatos imprevisíveis e/ou incalculáveis, a CONTRATADA deverá enviar documentos que comprovem, de forma circunstanciada/justificada, os critérios gerais das variações dos preços junto ao mercado;
- 7.5. Ainda assim, nos casos de revisão solicitada pela CONTRATADA, conforme subcláusula 7.4, deverá ser analisado pela CONTRATANTE se o Contrato permanecerá vantajoso para a mesma;



7.6. A alteração na remuneração dos custos de que trata a subcláusula 7.4 será formalizada exclusivamente por meio de Termo Aditivo e visará apenas ao reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, ficando limitada unicamente aos custos envolvidos, e condicionada à ocorrência de fato superveniente, o qual deverá ser comprovado pela CONTRATADA; e

7.7. Não ensejará reajuste a eventual prorrogação do Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Termo de Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, nos seguintes casos:

8.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

8.1.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

8.1.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

8.1.4. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

8.1.5. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

8.1.6. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução de serviço; e

8.1.7. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Após a assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, garantia da execução contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade durante a sua execução e mais 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, conforme preconiza o art. 70 da Lei nº 13.303/20132016;

9.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá executar a garantia contratual da execução prestada pela CONTRATADA, como consequência do correspondente processo de apuração da irregularidade cometida;

9.3. A garantia prestada assegura o pleno cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contraídas, bem assim a ressarcir a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial deste Contrato, cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais;

9.4. Ressalvados os casos previstos nas subcláusulas anteriores, a garantia será liberada após a integral execução deste Contrato, em até 90 (noventa) dias, mediante requerimento à CONTRATANTE, acompanhado do Termo de Recebimento e Aceitação de execução do objeto contratado; e

9.5. Demais disposições acerca da garantia contratual estão previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Após a entrega da apólice, no prazo de até 5 dias corridos, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência;

10.2. Em até 10 dias corridos a contar da entrega da documentação acima, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, em caso de regularidade da apólice, ou fixará o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para que a CONTRATADA promova as correções necessárias, em caso de inconformidades na apólice, conforme estabelecido no Termo de Referência;

10.3. No prazo mencionado no subitem anterior, o Fiscal e/ou o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da plena execução do objeto contratado, conforme diretrizes estabelecidas no Termo de Referência;



10.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

10.6. O prazo total para recebimento e aceitação do objeto, será de no máximo 20 (vinte) dias; e

10.7. As demais disposições sobre o recebimento e a aceitação do objeto, estão previstas no Termo de Referência, parte integrante do presente instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A FISCALIZAÇÃO representará a CONTRATANTE, com a sua constituição definida em ato administrativo específico e com atribuições definidas no Termo de Referência;

11.2. A FISCALIZAÇÃO deverá verificar, previamente ao pagamento, a documentação de regularidade fiscal da CONTRATADA, mediante consulta ao SICAF, podendo ainda, consultar por meio eletrônico (Internet), a real situação da CONTRATADA;

11.3. Constatada a irregularidade nas condições de habilitação, a FISCALIZAÇÃO deverá notificar a CONTRATADA sobre a ocorrência, dando-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, para regularizar a situação ou apresentar defesa escrita, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Instrumento e no Termo de Referência;

11.4. Além das atribuições definidas no Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato, deverá a FISCALIZAÇÃO:

11.4.1. Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com os encargos constantes do respectivo Termo de Referência;

11.4.2. Certificar a documentação de cobrança correspondente, após constatar o fiel cumprimento dos serviços contratados e das demais condições contratuais;

11.4.3. Avaliar os serviços previstos neste Contrato, de acordo com os procedimentos constantes no respectivo Termo de Referência;



- 11.4.4. Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- 11.4.5. Sustar o pagamento de notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes no caso de inobservância, pela CONTRATADA, das condições contratuais avençadas; e
- 11.4.6. Propor, nos termos contratuais, cominação(ões) à CONTRATADA dando-lhe ciência do ato, por escrito, e comunicar a área de Contratos da CONTRATANTE.
- 11.5. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrição de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos e informações julgadas necessárias, relacionados aos serviços contratados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Sem prejuízo das obrigações previstas no Termo de Referência, constituem-se obrigações da CONTRATANTE:

- 12.1.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste Instrumento; e
- 12.1.2. Fornecer quando detiver, outras informações que se fizerem necessárias à prestação de serviços.

12.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos no Termo de Referência, obriga-se, ainda, a CONTRATADA:

- 12.2.1. Prestar os serviços objeto deste Contrato, observando as instruções recebidas da FISCALIZAÇÃO;
- 12.2.2. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que a CONTRATANTE julgue necessárias conhecer ou analisar;
- 12.2.3. Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO, uma vez que o não atendimento das solicitações pela mesma poderá ser considerado motivo para aplicação das sanções contratuais;
- 12.2.4. Manter, durante a vigência do presente Instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e qualificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de regularidade jurídica e fiscal, conforme art. 69, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016;



12.2.5. A não apresentação de qualquer documento de obrigação da CONTRATADA na data apazada, não a desobriga do fiel cumprimento deste Contrato e nem a desonera de qualquer obrigação, inclusive de pagar os tributos, taxas e encargos de qualquer responsabilidade em decorrência deste instrumento; e

12.2.6. Manter atualizadas, junto aos órgãos competentes, as inscrições/registros específicos que a legitime a exercer os serviços objeto deste Contrato, bem como contratar com a Administração Pública.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a Contratada que:

13.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Sem prejuízo das sanções ajustadas na Cláusula Décima Quarta deste Termo de Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:

13.2.1. Multa sobre o valor deste Contrato, conforme se infere abaixo:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, e após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



c) 1% (um por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e

d) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.2. Rescisão contratual e multa de 10% (dez por cento) do valor total global deste Contrato, quando a falta, no entender da CONTRATANTE justificar a adoção destes atos, podendo ainda ficar suspensa de licitar e impedida de contratar com a NAV Brasil pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais;

13.3. O somatório de todas as penalidades aplicadas, em razão das subcláusulas 13.2.1 e 13.2.2, estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global deste Contrato durante toda a vigência contratual;

13.4. Sem prejuízo das cominações previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, a CONTRATADA responderá por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

13.5. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à CONTRATADA que:

13.5.1. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

13.5.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

13.5.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

13.5.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

13.6. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Notificação, para apresentar defesa prévia, conforme preconiza o § 2º do art. 83 da Lei nº 13.303/ 2016;

13.6.1. Da decisão da autoridade competente da CONTRATANTE sobre a aplicação da multa contratual caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão; e



13.6.2. A autoridade competente da CONTRATANTE decidirá pela procedência ou não do Recurso; e a decisão deverá ser comunicada formalmente à CONTRATADA.

13.7. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do pagamento que a CONTRATADA fizer jus.

13.7.1. Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido dos valores a serem pagos, da Garantia de Cumprimento do Contrato ou cobrado mediante competente processo judicial.

13.8. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar além da pena de multa à CONTRATADA, garantida a defesa prévia, as seguintes sanções:

13.8.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado; e

13.8.2. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a entidade sancionadora opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.9. As sanções previstas nas subcláusulas 13.8.1 e 13.8.2. poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, em consonância ao § 2º, do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.

13.10. A autoridade competente da CONTRATANTE, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à NAV Brasil, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:

13.11.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.11.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

13.11.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.



13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA RESILIÇÃO

14.1. A inexecução, total ou parcial, deste Contrato poderá dar ensejo à sua rescisão por justa causa e acarretará as consequências previstas neste Instrumento e na legislação pertinente;

14.2. Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão por justa causa deste Contrato, pela CONTRATANTE:

- 14.2.1. A paralisação injustificada do fornecimento do objeto contratado;
- 14.2.2. O não cumprimento de cláusulas contratuais ou Termo de Referência;
- 14.2.3. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais ou Termo de Referência;
- 14.2.4. A subcontratação, ainda que parcial, se aplicável à contratação, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 14.2.5. A cessão ou transferência do presente Contrato;
- 14.2.6. O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;
- 14.2.7. O cometimento reiterado de faltas no fornecimento do objeto deste Contrato;
- 14.2.8. A decretação de falência, a recuperação judicial ou extrajudicial;
- 14.2.9. A dissolução da sociedade;
- 14.2.10. A alteração societária que modifique a finalidade ou o controle acionário ou, ainda, a estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato;
- 14.2.11. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- 14.2.12. A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos;
- 14.2.13. O descumprimento de quaisquer das condições ajustadas neste Contrato;



14.2.14. O conhecimento pela CONTRATANTE, ainda que *a posteriori* de fato ou ato que afete a idoneidade da CONTRATADA ou de seus sócios/cotistas ou de seus gestores, ou ainda, de seus representantes;

14.2.15. Razões de interesse público devidamente justificadas pela CONTRATANTE; e

14.2.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATANTE, sendo regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

14.3. Constituem motivos para rescisão deste Contrato pela CONTRATADA:

14.3.1. A supressão ou acréscimo do serviço, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificações do valor inicialmente ajustado do Contrato, além dos limites permitidos em lei;

14.3.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, relativos ao serviço realizado, faturado e recebido pela FISCALIZAÇÃO;

14.3.3. A suspensão do serviço, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra ou ainda por força de ato governamental; e

14.3.4. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, sendo regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

14.3.5. Nos casos relacionados nas subcláusulas 14.3.3 e 14.3.4 deste Termo de Contrato, a CONTRATADA será ressarcida dos eventuais prejuízos sofridos, desde que regularmente comprovados, tendo, ainda, direito a:

- a) devolução da garantia contratual, caso tenha prestado; e
- b) recebimento dos valores dos produtos entregues, desde que aceitos, até a data da rescisão deste Contrato, porventura ainda não pagos.

14.4. O Contrato poderá ser resilido consensualmente por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus para a outra parte, mediante distrato, desde que a outra parte seja notificada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e que a FISCALIZAÇÃO se manifeste no sentido de que não há motivo impeditivo para a rescisão, relacionado ao eventual cumprimento irregular das cláusulas do Contrato, que possa ensejar aplicação de penalidades ou mesmo rescisão contratual.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCOS

15.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATANTE, que poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

15.1.1. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do presente Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como fatos do príncipe, casos fortuitos ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CONTRATANTE, que comprovadamente repercuta no preço da CONTRATADA; e

15.1.2. Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular.

15.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATADA, que não poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

15.2.1. Atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA; e

15.2.2. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução do objeto contratado.

15.3. Além dos riscos previstos no presente Instrumento, constituem riscos suportados pelas partes, aqueles previstos no Termo de Referência, em seu Anexo – Matriz de Riscos, parte integrante do presente instrumento.

15.4. A CONTRATADA declara, neste ato:

15.4.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos neste Contrato; e

15.4.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e na assinatura do presente Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. A CONTRATADA adotará critérios de sustentabilidade ambiental na administração dos recursos materiais e humanos relacionados à prestação dos serviços objeto do presente Termo de Contrato e observará as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA se compromete a cumprir as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, mantendo a devida confidencialidade no trato e na guarda dos dados pessoais eventualmente fornecidos durante a execução contratual;



17.2. A CONTRATADA, por si e por seus dirigentes, prepostos e empregados, se compromete a manter sigilo e confidencialidade absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste Contrato, no que se refere a não divulgação integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução dos serviços, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa;

17.2.1. Os dados obtidos pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.

17.3. A CONTRATADA, durante a execução deste Contrato, dará acesso, em tempo hábil, às informações, processos, serviços e/ou suas instalações à CONTRATANTE;

17.4. A CONTRATADA, por si e por seus dirigentes, prepostos e empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente Contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente Contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, salvo com expressa autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

17.5. As obrigações acima referidas contemplam todas e quaisquer informações da CONTRATANTE e de seus dirigentes, prepostos e empregados; dados, processos, informações, documentos, materiais, ou quaisquer outros;

17.5.1. Ressalta-se que, seja qual for o meio ou suporte através do qual seja materializada ou compartilhada, escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicações internos como reuniões etc., abrangendo, ainda, as protegidas por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços etc., no campo dos contratos de trabalho, dos serviços públicos ou de quaisquer outros em que atue a CONTRATANTE, comercial, empresarial, profissional, industrial, de segredo de justiça e qualquer outro.

17.6. A Contratada deverá providenciar no prazo no prazo de 10 (dez) dias após a celebração do presente instrumento, assinatura do correspondente “Termo de Ciência de Deveres, Responsabilidades e Requisitos”, previsto no Edital, pelos seus colaboradores envolvidos na execução deste Contrato.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE

18.1. As partes declaram conhecer e se comprometem a cumprir integralmente as normas de prevenção à corrupção e toda legislação aplicável contra atos lesivos à Administração Pública, inclusive, mas sem limitar, a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 11.129/2022, assim como, no que couber, as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE, disponíveis em sua página oficial na Internet, exemplificativa e minimamente, o Código de Ética, Conduta e Integridade, e a Política de Transações com Partes Relacionadas.

18.1.1. Sem prejuízo do disposto da subcláusula 18.1, é dever das partes, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a) não insinuar, prometer, solicitar, oferecer, aceitar, pagar ou receber suborno, propina ou qualquer vantagem indevida, a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) adotar práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;
- c) manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos;
- d) abster-se da prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, bem como contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os dispostos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção); e
- e) diligenciar seus prepostos e colaboradores para o cumprimento das determinações desta Cláusula.

18.2. As partes declaram conhecer e se comprometem a cumprir, no bojo da presente contratação, a Política de Transações com Partes Relacionadas da CONTRATANTE, disponível em sua página oficial na Internet, observadas, especialmente, mas sem limitar, as diretrizes e vedações nela expressas.



18.2.1. Compete à CONTRATADA, como condição à assinatura do presente instrumento, ratificar o conhecimento e a adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da CONTRATANTE, nos termos da declaração correspondente, prevista no Edital, submetendo-se à sua verificação, a qualquer tempo, caso em que deverá apresentar esclarecimentos e/ou documentos que porventura lhe sejam solicitados.

18.3. A comprovada violação desta Cláusula poderá ser passível de aplicação de sanções cabíveis e/ou de rescisão unilateral, independente de ônus ou penalidade, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, respondendo a parte que cometer a infração, ainda, por eventuais perdas e danos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação, conforme justificativa descrita no Termo de Referência

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se vinculam ao Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/[ANO] que autorizou a celebração do presente Contrato; e

22.2. A minuta do presente Termo de Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da NAV Brasil, conforme Parecer nº SEDE-PAR-2023/XXXX, de XX de XXXX de 2023.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir dúvidas ou pendências oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais que seja privilegiado; e



22.2 Assim, por estarem as partes CONTRATANTE e CONTRATADA justas e acertadas, foi celebrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica.*

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
CPF nº [NÚMERO]
Presidente da NAV BRASIL

CARLOS ROBERTO SANTOS
CPF nº [NÚMERO]
Diretor de Administração da NAV BRASIL

[NOME DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA]
CPF nº [NÚMERO]
Representante [NOME FANTASIA DA EMPRESA]



CHRISTIANA KUNIGAMI DE ALMEIDA E SILVA

CPF nº [NÚMERO]

Testemunha pela NAV BRASIL

[NOME DA TESTEMUNHA PELA CONTRATADA]

CPF nº [NÚMERO]

Testemunha pela [NOME FANTASIA DA EMPRESA]



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 002/DAPE/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA COBERTURA DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO, APÓLICES BÁSICA E COMPLEMENTAR, PARA TODOS OS EMPREGADOS, DIRETORES E EX-EMPREGADOS APOSENTADOS DA NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	4
2.	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	4
3.	DO OBJETIVO DO SEGURO	5
4.	DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	6
5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
6.	DAS DEFINIÇÕES	7
7.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	9
8.	DAS COBERTURAS	9
9.	DA ACEITAÇÃO DO RISCO	10
10.	DAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS E PARTICULARES	10
11.	DAS GARANTIAS E DO CAPITAL SEGURADO	11
12.	DO CUSTEIO DO SEGURO	12
13.	DA VIGÊNCIA CONTRATUAL	12
14.	DA VIGÊNCIA DAS APÓLICES	12
15.	DA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO	13
16.	DA CARÊNCIA	13
17.	DA TAXA	13
18.	DO CARREGAMENTO	13
19.	DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	13
20.	DO LIMITE DE IDADE	14
21.	DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO	14
22.	OUTRAS CONDIÇÕES	14
23.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	15
24.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	15
25.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	16
26.	DA SUBCONTRATAÇÃO	17
27.	DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA	18
28.	DA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E COOPERATIVAS	18
29.	DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	18
30.	DO REAJUSTE	18
31.	DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
32.	CUSTO MENSAL ATUAL	19
33.	LIMITE TÉCNICO (LT)	19
34.	REMUNERAÇÃO DO SEGURADO	19
35.	CAPITAL SEGURADO	20
36.	CAPITAL SEGURADO MÁXIMO	20
37.	GRUPO SEGURADO	20
38.	DA GARANTIA CONTRATUAL	21
39.	DA ESTIMATIVA DE VALOR E ORÇAMENTO	23
40.	DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO	23
41.	DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO	24
42.	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	25



43.	DO PAGAMENTO	26
44.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	28
45.	DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	30
46.	INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	32
47.	DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO	33
48.	DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO	34
49.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	34
50.	DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD	34
51.	POLÍTICA DE INTEGRIDADE	34
52.	ANEXOS	35



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, apólice básica e complementar, para os empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01							
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA DE EMISSÃO DE APÓLICE DE REFERÊNCIA	CAPITAL SEGURADO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA
1	906	Emissão de apólice básica , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,048192%	R\$ 238.858.342,40	R\$ 115.110,61	R\$ 3.453.318,37
2	906	Emissão de apólice complementar , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,053011%	R\$ 50.777.008,80	R\$ 26.917,40	R\$ 807.522,00
VALOR GLOBAL						R\$ 142.028,01	R\$ 4.260.840,38

- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário;
- 1.4. A vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com a conveniência, oportunidade e vantajosidade avaliadas pela CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, conforme previsto no art. 71, da Lei nº 13.303/2016.
- 1.5. Havendo divergências entre o exposto na tabela do item 1.1 e as descrições dos serviços no CATSER, prevalecerão as informações constantes no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A NAV Brasil é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto nº 10.589/2020, com base na autorização legislativa constante da Lei nº 13.903/2019, em decorrência da cisão parcial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;
- 2.2. A referida estatal foi constituída por ocasião de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 jun. 2021, tendo sido sua sede instalada na cidade do Rio de Janeiro/RJ e a emissão do correspondente comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) realizado pela Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA) em 15 jul. 2021, para registro da personalidade jurídica da empresa;



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

- 2.3. De acordo com o art. 3º da Lei nº 13.903/2019, com a cisão parcial da Infraero, houve a versão para a NAV Brasil dos elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados, o acervo técnico, o acervo bibliográfico e o acervo documental.
- 2.4. Em atendimento ao interesse coletivo, a NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo COMAER;
- 2.5. No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), a NAV Brasil deve atuar de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do COMAER, sendo a atividade da empresa, portanto, de interesse para a segurança nacional;
- 2.6. Os serviços de controle de tráfego aéreo e navegação aérea são considerados serviços públicos essenciais, nos termos do art. 10, inciso X, da Lei nº 7.783/1989;
- 2.7. O seguro de vida em grupo constitui-se em um direito assegurado a todos os empregados garantido uma indenização em caso de morte natural, morte acidental, invalidez permanente total, invalidez funcional permanente total por doença.
- 2.8. A contratação de empresa seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo tem como o objetivo de prover seguro de vida aos empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil, visando prover a garantia de que a família do segurado terá auxílio financeiro para se reestabelecer, em uma eventual fatalidade, e ainda, o próprio segurado poderá contar com uma indenização caso encontre-se inválido, de forma total e permanente, em decorrência de uma doença ou acidente, assim como proporcionará segurança ao mitigar eventuais impactos decorrentes de indenizações em processos trabalhistas em caso de invalidez, ou acidente de trabalho, causando reflexos na produtividade dos empregados, impactando na melhora dos resultados da empresa.
- 2.9. Justifica-se, também, em razão da finalidade de substituir o contrato atual que tem término previsto para 23 de março de 2023, a fim de garantir a continuidade da cobertura do SEGURO DE VIDA EM GRUPO aos empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil, em cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023.

3. DO OBJETIVO DO SEGURO

- 3.1. A presente contratação tem por objetivo garantir o pagamento de uma indenização aos segurados ou aos seus beneficiários na ocorrência de um dos eventos cobertos pelas garantias contratadas:

- I – Morte Natural de qualquer tipo, observadas as restrições legais sobre a matéria - MN;
- II – Indenização Especial por Morte Acidental - IEA;
- III – Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – IPA; e
- IV – Invalidez Funcional Permanente Total por Doença – IFPD.



4. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, haja vista peculiaridades do serviço, o parcelamento da solução não é recomendável uma vez que, considerando o modelo de execução da presente contratação, a execução dos serviços a serem contratados por diversas empresas, resultará em um elevado custo para administração, bem como comprometeria a prestação dos serviços de forma uniforme.

4.2. Neste sentido, estabelece o Tribunal de Contas da União:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”. (grifo nosso)

4.3. Não obstante, o não parcelamento da solução não viola a ampla concorrência uma vez que os serviços e as atividades constantes da presente contratação versam sobre a mesma natureza, possuindo, nesta demanda, uma correspondência entre si e sendo prática comum no mercado, podendo, portanto, ser disputada pelas eventuais empresas participantes atuantes no ramo objeto da contratação.

4.4. Por conseguinte, é a jurisprudência do egrégio Tribunal de Contas da União:

“É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. (Acórdão 861/2013-Plenário). (grifo nosso)

4.5. Ademais, cumpre destacar que a escolha pelo parcelamento do objeto acarretaria uma multiplicidade de contratos, podendo esta ser uma causa de elevação dos riscos em face às suas gestões contratuais.

4.6. Neste interim, é a jurisprudência do TCU:

“(…) 9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos. 10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar reunidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões



mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade.” (Acórdão 2796/2013-Plenário). (grifo nosso)

- 4.7. Sob a égide das considerações acima, se faz necessário a escolha pelo não parcelamento da contratação, pois, assim, gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A licitante deverá comprovar inscrição ou registro junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação.

5.1.2. Comprovação Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

5.1.3. O critério de julgamento das propostas será a de MENOR PREÇO GLOBAL, REFERENTE À MENOR TAXA DE EMISSÃO DE APÓLICE, pelo período de 30 (trinta) meses, com inclusão de todas as despesas diretas e indiretas;

5.1.4. Além dos pontos acima, a título de demonstração de boa situação e capacidade econômico-financeira para comprovação que terá condições de honrar toda a execução do encargo licitado, o adjudicatário deverá:

5.1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante,

5.1.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis através de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do último exercício social.

6. DAS DEFINIÇÕES

6.1. CONTRATADA: Empresa vencedora do processo licitatório e que tenha firmado Termo de Contrato com a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

6.2. CONTRATANTE: A pessoa jurídica legalmente constituída que contrata o seguro e representa, perante a seguradora e os segurados a ela vinculados, no caso em questão a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, inscrita no CNPJ nº 42.736.102/0001-10.

6.3. SEGURADORA: Sociedade seguradora autorizada a instituir planos de seguro.

6.4. SEGURO: Conjunto de direitos e obrigações, conforme descrito nas condições gerais, especiais e adicionais do contrato.

6.5. PROPONENTE: O interessado em contratar a cobertura (ou coberturas), ou em aderir ao contrato, no caso de contratação coletiva.

6.6. APÓLICE: É o documento que confirma a inscrição do seguro emitido pela seguradora em nome do estipulante, no caso, a NAV Brasil.



- 6.7. **SEGURADO:** É a pessoa física a favor da qual se contrata o seguro, sendo:
- 6.7.1. **Componente Principal:** a pessoa que mantém vínculo estatutário ou empregatício com o estipulante.
- 6.7.2. **Componente Dependente:** o cônjuge, os filhos, enteados e menores considerados dependentes do componente principal, de acordo com o regulamento do Imposto de Renda.
- 6.8. **BENEFICIÁRIO:** É a pessoa indicada no Cartão Proposta ou em documento específico, para receber o pagamento relativo a seguro contratado.
- 6.9. **CARREGAMENTO:** O percentual incidente sobre os prêmios pagos destinado a atender às despesas administrativas e de comercialização do Seguro.
- 6.10. **SINISTRO:** A ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.
- 6.11. **INDENIZAÇÃO:** É o pagamento que o segurado ou os beneficiários recebem em função da ocorrência do evento gerador durante o período da cobertura do seguro.
- 6.12. **CAPITAL SEGURADO:** Valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.
- 6.13. **CERTIFICADO INDIVIDUAL:** Documento destinado ao segurado, emitido pela seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio.
- 6.14. **CONDIÇÕES CONTRATUAIS:** Conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro, também denominadas condições gerais e especiais.
- 6.15. **GRUPO SEGURADO:** É a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.
- 6.16. **INÍCIO DA VIGÊNCIA DO SEGURO:** É a data da assinatura do contrato.
- 6.17. **PERÍODO DE COBERTURA:** Prazo durante o qual, na ocorrência do evento gerador, o segurado ou os beneficiários farão jus ao seguro nos termos e condições contratados.
- 6.18. **PRÊMIO:** É o valor pago à seguradora para o custeio do seguro contratado.
- 6.19. **PROPOSTA DE ADESÃO:** documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.
- 6.20. **PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO:** documento com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física ou jurídica, expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.



7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, que consideram bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.
- 7.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. DAS COBERTURAS

- 8.1. São Riscos Cobertos por este Seguro:

- I – Morte Natural de qualquer tipo, observadas as restrições legais sobre a matéria - MN;
- II – Indenização Especial por Morte Acidental - IEA;
- III – Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – IPA; e
- IV – Invalidez Funcional Permanente Total por Doença – IFPD.

- 8.2. As presentes coberturas só poderão ser contratadas em conjunto, vedada a contratação individual.

- 8.3. Estão EXCLUÍDAS da cobertura do seguro a morte ou os danos físicos consequentes de:

- I. Ato reconhecidamente perigoso, que não seja motivado por necessidade justificada, exceto a prática de esporte e a utilização de meio de transporte mais arriscado;
- II. Ato ilícito doloso praticado pelo Segurado, pelo(s) Beneficiário(s) ou representante legal de um ou de outro;
- III. Atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações de ordem pública e delas decorrentes;
- IV. Furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;
- V. Uso de material nuclear para fins bélicos ou militares, incluindo explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposições a radiações nucleares ou ionizantes, ainda que ocorridos em testes, experiências ou no transporte de armas e/ou projéteis nucleares, bem como de explosões nucleares provocadas com quaisquer finalidades;
- VI. Doenças ou Lesões Preexistentes de conhecimento do segurado e não declaradas na proposta;
- VII. Epidemia declarada pela autoridade competente; e



VIII. Suicídio nos primeiros 2 (dois) anos, contados a partir do início de Vigência do Seguro.

9. DA ACEITAÇÃO DO RISCO

9.1. A aceitação do risco ocorrerá a partir da assinatura do contrato, com a inclusão de todos os componentes seguráveis, principais e dependentes, de acordo com as seguintes condições:

8.1.1 APÓLICE BÁSICA:

- a) Todos os diretores, empregados e ex-empregados aposentados da NAV BRASIL participantes da atual apólice básica, conforme relação que será entregue na data de assinatura da apólice;
- b) Todos os diretores e empregados que vierem a ser admitidos no quadro de pessoal da NAV BRASIL e que optarem formalmente pela apólice básica, durante todo o período de vigência da apólice, mediante inclusão dos mesmos na movimentação mensal do Grupo Segurado; e
- c) A aceitação dos segurados será automática, não sendo permitida carências ou qualquer outro tipo de restrição que venha a prejudicar o segurado. A CONTRATADA deverá proporcionar consultoria técnica, durante toda a vigência do contrato.

8.1.2 APÓLICE COMPLEMENTAR:

- a) Todos os diretores, empregados e ex-empregados aposentados da NAV BRASIL, participantes da atual complementar, conforme relação que será entregue na data de assinatura da apólice;
- b) Todos os diretores e empregados que vierem a ser admitidos no quadro de pessoal da NAV BRASIL e que optarem formalmente pela apólice complementar, durante todo o período de vigência da apólice; e
- c) A aceitação do risco para os diretores e empregados que vierem a optar pela apólice complementar no decorrer da vigência da apólice dependerá de análise de proposta, podendo ser solicitada pela seguradora prova de saúde.

10. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS E PARTICULARES

10.1. É Estipulante desta apólice a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

10.2. Para fins deste seguro, o grupo segurável é composto pelos empregados, diretores, ex-empregados aposentados e ainda o cônjuge, filhos, enteados e menores considerados dependentes do componente principal, de acordo com o regulamento do Imposto de Renda.

10.3. A inclusão dos componentes seguráveis, principais e dependentes é efetuada por meio da NAV Brasil, conforme segue:

10.3.1. Apólice Básica:

- a) Mediante o ingresso na NAV Brasil, a contar do 1º dia de contrato de trabalho, inicia-se o seguro, com a respectiva inclusão do proponente na movimentação mensal de



segurados.

10.3.2. Apólice Complementar:

- a) Mediante o preenchimento da “Proposta Individual de Seguro de Vida em Grupo”, com Declaração Pessoal de Saúde, que deverá ser submetida à avaliação do risco individual pela Sociedade Seguradora;
- b) A sociedade seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se sobre a proposta, contados a partir da data de seu recebimento. A solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo retromencionado. Neste caso, o prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação; e
- c) Ficará a critério da sociedade seguradora a decisão de informar ou não, por escrito, ao proponente, ao seu representante legal ou corretor de seguros, sobre a aceitação da proposta, devendo, no entanto, obrigatoriamente, proceder à comunicação formal, no caso de sua não aceitação, justificando a recusa. A ausência de manifestação, por escrito, da sociedade seguradora caracterizará a aceitação tácita da proposta.

10.4. A inclusão e a cobertura dos componentes seguráveis na apólice ocorrerão a partir do 1º (primeiro) dia do mês de assinatura da “Proposta Individual de Seguro de Vida em Grupo”.

10.5. O grupo segurado atual será absorvido integralmente pela seguradora contratada, inclusive os afastados por motivo de saúde, mantidas as importâncias seguradas vigentes e as coberturas definidas no presente Edital.

11. DAS GARANTIAS E DO CAPITAL SEGURADO

11.1. As garantias deste seguro são declaradas a seguir, observadas as tabelas salariais do Estipulante, a remuneração dos empregados e o múltiplo de 20 (vinte) vezes a remuneração individual, para efeito de fixação do capital segurado.

11.2. GARANTIA BÁSICA - Morte Natural por qualquer causa: o capital segurado corresponderá a 20 (vinte) vezes a remuneração, limitado ao teto salarial estabelecido nas tabelas de remuneração da NAV BRASIL.

11.3. GARANTIAS ADICIONAIS:

11.3.1. INDENIZAÇÃO ESPECIAL POR MORTE ACIDENTAL - (IEA) - em caso de Morte Acidental o capital segurado corresponderá ao DOBRO da garantia básica.

11.3.2. INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE- (IPA) – observado o grau de invalidez e a Tabela aprovada pela SUSEP, o capital segurado corresponderá a 20 (vinte) vezes a remuneração do empregado, limitado ao teto salarial estabelecido nas tabelas de remuneração da NAV BRASIL.

11.3.3. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD) - o capital segurado corresponderá a 20 (vinte) vezes a remuneração do empregado, limitado ao teto salarial estabelecido nas tabelas de remuneração da NAV BRASIL.



11.4. CLÁUSULAS SUPLEMENTARES PARA OS COMPONENTES DA APÓLICE COMPLEMENTAR:

11.4.1. Inclusão de Cônjuges (automática - grupo desconhecido): os cônjuges participam do seguro de forma automática com capital básico correspondente a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital segurado principal, em todas as coberturas, exceto na cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença.

11.4.2. Inclusão de Filhos (automática - grupo desconhecido): os filhos, independente de idade, participam do seguro de forma automática na garantia básica (morte por qualquer causa) com 10% (dez por cento) do capital do segurado principal, limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o disposto na legislação do Imposto de Renda e/ou da Previdência Social.

11.4.3. Todas as despesas decorrentes da contratação da apólice complementar correrão por conta de recursos próprios dos segurados, mediante cobrança expedida pela seguradora ao segurado.

12. DO CUSTEIO DO SEGURO

12.1. Apólice Básica – tal seguro é opcional, isento de contribuição por parte do componente principal sendo custeado em 100% (cem por cento) pelo Estipulante.

12.2. Apólice Complementar – tal seguro é opcional e totalmente contributivo, 100% (cem por cento) pago pelo empregado.

12.3. O Estipulante será responsável pelo pagamento da apólice básica, mesmo quando estes estiverem temporariamente afastados para tratamento de saúde.

12.4. O segurado será responsável pelo pagamento decorrente da contratação da apólice complementar que ocorrerá por meio de recursos próprios dos segurados e serão pagas diretamente à seguradora.

13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. A vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com a conveniência, oportunidade e vantajosidade avaliadas pela CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, conforme previsto no art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

14. DA VIGÊNCIA DAS APÓLICES

14.1. O primeiro prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato, devendo ser estendida, inicialmente, por mais 12 (doze) meses e, depois, por mais 6 (seis) meses, até o término da vigência do contrato, de 30 (trinta) meses, o qual poderá ser estendido até o total de 60 (meses), caso haja manifestação expressa das partes contratantes, com a apólice atualizada da mesma forma já descrita.



15. DA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO

- 15.1. Os capitais segurados serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários nominais de seus empregados, ou quando das alterações em seu quadro de pessoal.
- 15.2. As atualizações de capitais poderão ser aplicadas a todos os componentes, inclusive aos afastados do serviço ativo, aos quais é assegurada a aplicação do mesmo critério de reajuste adotado para os componentes ativos.
- 15.3. As atualizações de capitais segurados, abrangem também os empregados que, em vida, receberam indenização parcial decorrente de acidente.

16. DA CARÊNCIA

- 16.1. Este seguro não está sujeito a carência.
- 16.2. A partir da data de início de vigência da apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes aos segurados deste Contrato, inclusive aqueles que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.

17. DA TAXA

- 17.1. A taxa única e mensal por apólice a ser aplicada como fator multiplicativo sobre a remuneração do empregado, a fim de obter-se o prêmio mensal, será proposta pelos licitantes no presente processo, devendo ser expressa em 6 (seis) casas decimais, não podendo a taxa mensal para a apólice complementar ser superior a 10% (dez por cento) da taxa da apólice básica.
- 17.2. A taxa a qual versa o item anterior, refere-se à Taxa de Emissão de Apólice, não devendo ser confundida com a Taxa Comercial que versa sobre os encargos com impostos, despesas administrativas, entre outras coisas.

18. DO CARREGAMENTO

- 18.1. Não serão aceitos os carregamentos relativos a pro-labore, corretagem e agenciamento.
- 18.2. O Estipulante é o responsável pela execução dos serviços de agenciamento, inclusão ou exclusão de segurados e remessa da documentação à Seguradora na ocorrência de sinistros.
- 18.3. A Seguradora fica dispensada do pagamento de pro-labore ao Estipulante pela prestação dos serviços administrativos da apólice, sendo o mesmo revertido para redução do custo do seguro.

19. DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

- 19.1. As indenizações de sinistro deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação completa à Seguradora.



19.2. No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada.

19.3. O não cumprimento do prazo acordado no item 19.1 implicará a aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado, sem prejuízo de sua atualização, nos termos da legislação específica.

19.4. As indenizações de sinistro deverão ser atualizadas monetariamente pela variação do índice IPCA (IBGE), a partir da data da comunicação do evento até a data do efetivo pagamento.

19.5. Para efeito de determinação do capital segurado a ser indenizado por ocasião do sinistro, a Seguradora deverá observar as seguintes datas:

I – no caso de Morte Natural – garantia básica, aquela vigente na data do óbito;

II – nos casos de Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA), aquela vigente na data do acidente;

III – nos casos de Invalidez Funcional Permanente Por Doença (IFPD), será aquela indicada na declaração médica.

19.6. O formulário oficial da Seguradora “Aviso de Sinistro” poderá ser substituído por documento do médico assistente do segurado, ou por documento próprio do Estipulante, desde que o mesmo contenha as informações necessárias à conclusão do processo.

20. DO LIMITE DE IDADE

20.1. Apólice Básica – Após o início de vigência da apólice, não haverá exigência quanto à limitação de idade para as futuras adesões ao seguro, desde que o segurado esteja em pleno exercício de suas funções, observando o disposto no subitem 10.5 destas condições.

20.2. Apólice Complementar – Após o início de vigência da apólice, serão respeitadas as condições de ingresso previstas em legislação específica para as futuras adesões ao seguro.

21. DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

21.1. O seguro do componente será rescindido integralmente no caso de morte do segurado ou de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD).

21.2. O pagamento da indenização decorrente de Invalidez Parcial por Acidente não isenta o Estipulante e o segurado da obrigação de continuar pagando os respectivos prêmios mensais do seguro.

22. OUTRAS CONDIÇÕES

22.1. Na operacionalização do presente seguro, será utilizado o formulário da NAV BRASIL, denominado “Proposta Individual de Seguro de Vida em Grupo”, que fica fazendo parte integrante destas condições tendo valor jurídico para adesão ao seguro e designação de beneficiários.



- 22.2. Beneficiários – O componente principal designará, por meio do formulário da NAV BRASIL denominado “Proposta Individual de Seguro de Vida em Grupo”, os seus beneficiários para recebimento da indenização, definindo o percentual de indenização.
- 22.3. O segurado poderá substituir seus beneficiários a qualquer tempo, mediante o preenchimento de nova “Proposta Individual de Seguro de Vida em Grupo”, com a indicação de alteração.
- 22.4. Na ausência de beneficiários designados pelo segurado, será considerado como beneficiário aquele enquadrado como herdeiro legal, conforme previsto no Código Civil Brasileiro em vigor.
- 22.5. Ficam fazendo parte integrante e inseparável do Contrato as Condições Gerais, Especiais, Suplementares e as Cláusulas aplicáveis da Apólice, no que não colidirem com o Edital.

23. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 23.1.1. Emitir as apólices básica e complementar do seguro contratado, e os certificados individuais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.
- 23.1.2. Emitir o certificado individual no início da vigência da apólice e em cada uma das renovações subsequentes deverá ser emitido e encaminhado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da contratação, para a dependência de lotação do segurado, separado por unidade organizacional e por ordem alfabética.
- 23.1.3. Realizar os pagamentos das indenizações de sinistro no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação completa à Seguradora.
- 23.1.4. Prestar assessoramento à CONTRATANTE na administração da apólice de seguro.

23.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, tendo em vista que o presente objeto, por sua natureza, não é passível de exata quantificação, isto é, os quantitativos a serem executados não podem ser definidos com precisão absoluta, uma vez que os certificados individuais, referente às apólices, serão emitidos de acordo com os empregados ativos e aposentados, diretores, bolsistas e estagiários que optarem pela adesão ou ao seguro de vida e acidentes pessoais.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 24.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 24.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio quaisquer ocorrências detectadas,



indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

24.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

24.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

24.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

24.4. Efetuar os pagamentos referentes à execução do objeto deste Termo de Referência, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

24.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

24.6. Fornecer à CONTRATADA, por escrito, os dados necessários para o registro dos segurados e emissão das respectivas apólices.

24.7. A CONTRATANTE deverá informar mensalmente à CONTRATADA a relação dos segurados contendo nome completo, CPF, data de nascimento, considerando sempre as inclusões e exclusões ocorridas.

24.8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.

24.9. Realizar o pagamento, na forma estabelecida na minuta do Contrato anexo ao Edital da Licitação, por meio de Ordem de Pagamento Bancária (OPB), mediante apresentação dos respectivos documentos de cobrança, acompanhados da via original das respectivas autorizações, conforme estabelecido no instrumento contratual;

24.10. Prestar apoio aos beneficiários, bem como comunicar a CONTRATADA sobre a ocorrência de sinistro, agindo como intermediador entre o beneficiário e a seguradora.

24.11. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, fixando prazo para corrigir quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes deste Contrato, e sem alteração dos preços estipulados, a CONTRATADA ainda assume as seguintes obrigações:

25.1.1. A não apresentação de algum documento, de obrigação da CONTRATADA, na data aprazada, não desobriga esta, do fiel cumprimento e nem a desonera de qualquer obrigação.



- 25.1.2. Tomar todas as providências necessárias relativas ao sinistro comunicado pelo segurado, no sentido de vistoriar, regular, liberar e liquidar o bem sinistrado, sob pena de ser responsabilizada pelo agravamento do estado e dimensão do evento, bem como, por todas as despesas e encargos advindos diretamente de tal delonga, depois de atendida a exigência documental para habilitação ao recebimento da indenização.
- 25.2. A CONTRATADA, independentemente de qualquer autorização ou concordância do IRB Brasil Resseguros ou de outra autoridade securitária competente, terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da respectiva indenização, sob pena de, transcorrido esse período, sujeitar-se ao pagamento da indenização corrigida monetariamente, verificada no período compreendido entre a data da ocorrência do sinistro e aquela prevista para o pagamento integral da indenização.
- 25.2.1. Entregar ao segurado aposentado, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a apólice, o boleto de cobrança/nota de cobrança emitidos como cobrança de prêmio, juntamente com o respectivo aviso de vencimento da nota de seguro, sob pena de ser responsabilizada pelo não pagamento por parte do segurado, no prazo hábil fixado para tal fim, do documento colocado em cobrança bancária, ficando ainda, independente da quitação da nota de seguro ou ficha de compensação, responsável pelo pagamento de qualquer indenização de sinistro ocorrido no período. E disponibilizar atendimento exclusivo por meio telefônico e/ou eletrônico.
- 25.3. O certificado individual no início da vigência da apólice e em cada uma das renovações subsequentes deverá ser emitido e encaminhado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da contratação, para a CONTRATADA, separado por unidade organizacional e por ordem alfabética.
- 25.3.1. A NAV BRASIL, fornecerá à CONTRATADA, a relação dos empregados com a lotação das dependências e respectivos endereços de entrega, bem como as demais informações necessárias para a emissão do Certificado Individual.
- 25.4. Prestar assessoramento à CONTRATANTE na administração da apólice de seguro.
- 25.5. Apresentar mensalmente à CONTRATANTE, relatórios sobre a tramitação dos processos da liquidação de sinistros, se houver.
- 25.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 26.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista que o objeto não apresenta vultuosidade que viabilize a subcontratação parcial do objeto, tendo por certo que é inadmissível a subcontratação integral.



27. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

28. DA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E COOPERATIVAS

- 28.1. Não poderão participar do certame, as Microempresas (ME); as Empresas de Pequeno Porte (EPP); os Empresários Individuais; os Microempreendedores (MEI); e as Cooperativas, em razão da exigência legal para constituição e atuação das empresas seguradoras, haja vista que para operarem no mercado de seguros e estarem enquadradas na prestação do serviço referente ao objeto, tais empresas, estão limitadas à natureza jurídica de Sociedade Anônimas, conforme parágrafo único, do art. 757 do Código Civil c/c o art. 24 do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e art. 3º, §4º, inc. VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

29. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 29.1. Não será admitido consórcio ou holding que agrupe várias seguradoras, uma vez que o objeto a ser licitado não apresenta complexidade ou vulto que justifique essa forma de participação.

30. DO REAJUSTE

- 30.1. O valor da Taxa que incide sobre a remuneração dos empregados para cálculo do prêmio poderá sofrer acréscimo, a título de REAJUSTE solicitado pela CONTRATADA, em comum acordo com a CONTRATANTE, em decorrência da variação inflacionária, desde que respeitado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses de contrato, tomando por base e limite máximo o índice de variação do IPCA (IBGE) apurado no mesmo período.
- 30.2. As atualizações dos valores contratuais, nos termos do § 7º do Art. 81 da Lei 13.303/2016, a seguir:
- 30.3. “§ 7º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.”

31. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 31.1. O valor da Taxa que incide sobre a remuneração dos empregados para cálculo do prêmio poderá sofrer acréscimo ou decréscimo, a título de Reequilíbrio Econômico-Financeiro solicitado pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE, em comum



acordo com a outra parte, desde que respeitado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses de contrato e caso seja demonstrada uma variação da sinistralidade do grupo segurado, a maior ou a menor, no mesmo período, em uma razão superior a 10%.

- 31.2. O índice de correção proposto pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE para o Reequilíbrio Econômico-Financeiro decorrente da variação da sinistralidade do seguro deverá ser acompanhado das devidas análises, sendo submetido à apreciação da outra parte.

32. CUSTO MENSAL ATUAL

APÓLICE BÁSICA	CAPITAL SEGURADO MÊS DEZEMBRO/2022	PRÊMIO MÊS DEZEMBRO/2022
	R\$ 238.858.342,40	R\$ 86.551,61
APÓLICE COMPLEMENTAR	CAPITAL SEGURADO MÊS DEZEMBRO/2022	PRÊMIO MÊS DEZEMBRO/2022
	R\$ 50.777.008,80	R\$ 20.891,98

- 32.1. Todas as despesas decorrentes da contratação da apólice complementar correrão por conta de recursos próprios dos segurados, mediante cobrança expedida pela seguradora ao segurado.

33. LIMITE TÉCNICO (LT)

- 33.1. Prova de inscrição ou registro junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação.
- 33.2. Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

34. REMUNERAÇÃO DO SEGURADO

- 34.1. Os valores dos capitais segurados e prêmios serão calculados com base na remuneração do segurado, conforme regras abaixo informadas:
- 34.1.1. A remuneração para o empregado de cargo regular não ocupante de cargo em comissão é o valor constante da categoria padrão que o empregado esteja enquadrado na Tabela de Cargos Regulares;
- 34.1.2. A remuneração para o empregado de cargo regular ocupante de cargo em comissão, é decorrente da opção entre ter seu salário (Anexo V) somado ao valor da FG ou pelo total do valor da RG;
- 34.1.3. A remuneração para o empregado contratado exclusivamente para o exercício de cargo em comissão é o valor constante da RG;
- 34.1.4. A remuneração do empregado requisitado para o exercício de cargo em comissão na NAV BRASIL é o valor total ou parcial da RG ou FG, quando for o caso;



34.1.5. A remuneração do empregado aposentado será fixada pelo modo de remuneração citado nos itens 34.1.1 e 34.1.2, sendo atualizados quando houver modificação das tabelas salariais (anexo IV e V) e/ou pelos dados informados no envio do movimento mensal; e

34.1.6. A remuneração máxima para cálculo dos capitais e prêmios é a definida pelo maior valor de remuneração ou honorários pagos pela CONTRATANTE, estando atualmente em R\$ 28.370,56 (vinte e oito mil, trezentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos).

35. CAPITAL SEGURADO

35.1. O valor do capital segurado será definido por múltiplo salarial, sendo este atualizado automaticamente sempre que houver correção e/ou modificação das tabelas salariais (anexos IV e V) e/ou pelos dados informados no envio do movimento mensal.

35.2. Tabela para cálculo do capital segurado:

COBERTURAS	GRUPO SEGURADO			
	EMPREGADOS ATIVOS E APOSENTADOS, DIRETORES, BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS	CÔNJUGE	FILHO E ENTEADO MENOR DE 14 ANOS	FILHO E ENTEADO MAIOR DE 14 ANOS
MORTE NATURAL	20 vezes a remuneração do segurado principal	10 vezes a remuneração do segurado principal	Indenização da despesa com Funeral	Limitado a 10% do capital do segurado principal
INDENIZAÇÃO ESPECIAL POR MORTE ACIDENTAL – IEA	20 vezes a remuneração do segurado principal	10 vezes a remuneração do segurado principal	SEM COBERTURA	SEM COBERTURA
INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA – IFPD	20 vezes a remuneração do segurado principal	SEM COBERTURA	SEM COBERTURA	SEM COBERTURA
INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE - IPA	20 vezes a remuneração do segurado principal	10 vezes a remuneração do segurado principal	SEM COBERTURA	SEM COBERTURA

36. CAPITAL SEGURADO MÁXIMO

36.1. O capital segurado máximo será calculado com base no valor de remuneração do PARADIGMA, composto pela maior remuneração informada nas Tabelas Salariais o item 34.1.6, sendo este atualizado automaticamente sempre que houver correção e/ou modificação das tabelas salariais (anexos IV e V) e/ou pelos dados informados no envio do movimento mensal.

37. GRUPO SEGURADO

37.1. A relação completa atual das vidas asseguradas encontra-se discriminadas no Anexo I do presente Termo de Referência.



37.2. A seguir, serão abordadas algumas informações relevantes quanto ao quantitativo atual de vidas asseguradas.

37.3. Apólice Básica:

37.3.1. São segurados: Diretores, Empregados Ativos, Empregados Afastados e Ex-empregados Aposentados.

QUADRO DE SEGURADOS DEZEMBRO/2022	
SEGURADOS	QTDE
Diretores	3
Bolsistas	0
Empregados Ativos	1624
Empregados Aposentados	4

37.4. Apólice Complementar:

37.4.1. São segurados: Diretores, empregados ativos e afastados e ex-empregados aposentados com seus cônjuges, companheiros(as), filhos(as) e enteados(as).

QUADRO DE SEGURADOS – DEZEMBRO/2022	
SEGURADOS	QUANTIDADE
Diretores	0
Empregados Ativos	315
Empregados Aposentados	0

Observação: Quantidades e valores - referência mês de dezembro/2022.

37.4.2. Todas as despesas decorrentes da contratação da apólice complementar correrão por conta de recursos próprios dos segurados, mediante cobrança expedida pela seguradora ao segurado.

38. DA GARANTIA CONTRATUAL

38.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, conforme o art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

38.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

38.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.



- 38.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 38.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 38.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 38.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 38.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 38.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 38.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 38.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 38.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 38.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 38.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 38.11. Será considerada extinta a garantia:
- 38.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 38.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado.
- 38.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 38.13. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 38.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os



empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

39. DA ESTIMATIVA DE VALOR E ORÇAMENTO

- 39.1. O custo estimado da contratação (valor de referência) é de R\$ R\$ 4.260.840,38 (quatro milhões e duzentos e sessenta mil e oitocentos e quarenta reais e trinta e oito centavos).
- 39.2. Com a finalidade de prover os meios necessários para o êxito da presente contratação, em razão da essencialidade do objeto a ser contrato, será conferido a publicidade do valor estimado, visando proporcionar a ampla concorrência das eventuais empresas licitantes, tendo em vista a complexidade da metodologia utilizada para a composição do valor estimado, sendo esta uma prática atual do mercado, quando da adoção de contratação de seguros de vida e acidentes pessoais em grupo por taxa de emissão de apólice.

40. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 40.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 81 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 40.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 40.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 40.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 40.5. A fiscalização avaliará constantemente a execução do objeto e o nível de qualidade da contratação para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 40.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 40.7. O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 40.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 40.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego dos serviços



inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

- 40.10. A avaliação dos serviços contratados se dará TRIMESTRALMENTE, a contar da data de início dos serviços, ou a qualquer tempo, a critério da NAV BRASIL.
- 40.11. No atestado de Capacidade Técnica ou na Declaração de Execução dos Serviços, emitida pela NAV BRASIL em razão dos serviços prestados pela CONTRATADA, constará o conceito obtido no último trimestre que antecedeu a data de expedição do atestado.
- 40.12. A ocorrência do conceito insatisfatório poderá ensejar rescisão contratual e suspensão do direito de licitar com a NAV BRASIL pelo prazo de seis meses, observados os princípios do contraditório e ampla defesa.

41. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 41.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 41.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 41.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 41.2.1. qualidade do serviço prestado;
 - 41.2.2. cumprimento das obrigações dentro dos prazos previstos;
 - 41.2.3. dentre outras previstas no IMR.
- 41.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 41.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 41.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 41.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 41.4. A avaliação dos serviços contratados se dará TRIMESTRALMENTE, a contar da data de início dos serviços, ou a qualquer tempo, a critério da NAV BRASIL.
- 41.5. No atestado de Capacidade Técnica ou na Declaração de Execução dos Serviços, emitida pela NAV BRASIL em razão dos serviços prestados pela CONTRATADA, constará o conceito obtido no último trimestre que antecedeu a data de expedição do atestado.
- 41.6. A ocorrência do conceito insatisfatório poderá ensejar rescisão contratual e suspensão do direito de licitar com a NAV BRASIL pelo prazo de seis meses, observados os princípios do contraditório e ampla defesa.



42. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 42.1. Mensalmente, a emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo da execução do objeto contratado, nos termos abaixo.
- 42.2. Após a entrega da apólice, no prazo de até 5 dias corridos, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 42.3. Em até 10 dias corridos a contar da entrega da documentação acima, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, em caso de regularidade da apólice, ou fixará o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para que a seguradora promova as correções necessárias, em caso de inconformidades na apólice.
- 42.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa da apólice emitida e todos os serviços englobados pela apólice, com a finalidade de verificar a adequação da execução do objeto contratado e constatar e relacionar as deficiências e correções que se fizerem necessárias, em caso de inconformidades na apólice.
- 42.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto contratado realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 42.3.1.2. A Contratada fica realizar as devidas correções, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução empregada, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto contratado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 42.4. No prazo mencionado no subitem anterior, o Fiscal e/ou o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da plena execução do objeto contratado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 42.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 42.4.2. Emitir Termo de Recebimento Definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 42.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 42.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 42.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da



Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

42.7. O prazo total para recebimento e aceitação do objeto, será de no máximo 20 (vinte) dias.

42.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

42.8. A fiscalização, após decorrido o estabelecido no item anterior, deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, em até 10 (dez) dias corridos da data do vencimento, para o Setor competente para o processamento do pagamento.

43. DO PAGAMENTO

43.1. O Estipulante processará, mensalmente, a Relação de Segurados integrantes deste Seguro, contendo nome do órgão, dependência de lotação, matrícula, nome do segurado, CPF, data de nascimento, data da admissão, estado civil, remuneração, cargo/função, capital segurado, valor do prêmio e total de vidas e do prêmio.

43.2. Após o processamento da Relação de Segurados ativos e eventualmente afastados para tratamento de saúde, o Estipulante, até o último dia útil de cada mês, informará à Seguradora o valor total do prêmio apurado, para efeito de faturamento e cobrança, providenciando a remessa da Relação de Segurados aquela Instituição.

43.3. O Estipulante, ao receber a fatura do prêmio mensal do seguro, adotará todas as providências visando efetuar o pagamento até o dia 20 do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

43.4. O pagamento será realizado mensalmente, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela FISCALIZAÇÃO;

43.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

43.6. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

43.7. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo o fiscal encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, em até 10 (dez) dias corridos da data do vencimento, para o Setor competente para o processamento do pagamento.

43.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

43.8.1. o prazo de validade;

43.8.2. a data da emissão;

43.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

43.8.4. o período de prestação dos serviços;



- 43.8.5. o valor a pagar; e
- 43.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 43.9. Havendo erro na apresentação da Apólice, da respectiva nota de seguro e/ou da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 43.10. Caso ocorra algum sinistro após o início dos prazos de vigência e execução contratual previsto neste Termo de Referência ou, ainda, após a emissão da apólice, mesmo que o seu pagamento ainda não tenha sido efetuado, o direito à cobertura securitária previsto na apólice não ficará prejudicado.
- 43.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 43.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 43.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 43.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 43.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 43.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 43.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 43.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 43.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data



do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
		$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

44. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

44.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a Contratada que:

44.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

44.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

44.1.3. fraudar na execução do contrato;

44.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

44.1.5. cometer fraude fiscal.

44.1.6. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

44.2. Sem prejuízo das sanções ajustadas na Cláusula Décima Terceira do Termo de Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as outras penalidades previstas neste Termo de Referência, tratadas a seguir.

44.3. Multa sobre o valor do Contrato, conforme se infere abaixo:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - d) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 44.4. Rescisão contratual e multa de 10% (dez por cento) do valor total global do Contrato, quando a falta, no entender da CONTRATANTE justificar a adoção destes atos, podendo ainda ficar suspensa de licitar e impedida de contratar com a NAV Brasil pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais; e
- 44.5. Responder por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.
- 44.6. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à CONTRATADA que:
- 44.6.1. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - 44.6.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - 44.6.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - 44.6.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 44.7. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa prévia, conforme preconiza o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016;
- 44.8. Da decisão da FISCALIZAÇÃO sobre a aplicação da multa contratual caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;
- 44.9. A autoridade competente, ouvida a FISCALIZAÇÃO, decidirá pela procedência ou não do Recurso; a decisão deverá ser comunicada formalmente à CONTRATADA;
- 44.10. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do pagamento que a CONTRATADA fizer jus.
- 44.11. Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido dos valores a serem pagos ou cobrado mediante competente processo judicial.



- 44.12. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar além da pena de multa à CONTRATADA, garantida a defesa prévia, as seguintes sanções:
- 44.12.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 44.12.2. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a entidade sancionadora opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 44.13. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, em consonância com o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.
- 44.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:
- 44.15. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 44.16. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.
- 44.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

45. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 45.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 45.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 45.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante;
- 45.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 45.2.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 45.2.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 45.2.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez



Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das fórmulas previstas no edital;

45.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

45.3. Justificam-se as exigências acima mencionadas, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

45.3.1. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à NAV Brasil a plena execução do objeto contratado.

45.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

45.4.1. Comprovação de inscrição ou registro junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação.

45.4.2. Comprovação de regularidade, mediante Certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

45.4.3. Certidão ou documento equivalente, expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade, comprovando que a seguradora não se encontra em liquidação extrajudicial ou fiscalização extraordinária, nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966;

45.4.4. Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Termo de Referência, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com quem tenha firmado contrato para seguro de vida e acidentes pessoais em grupo.

45.4.5. Comprovação de que o licitante possui ao menos uma apólice de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo vigente, emitida para entidade pública ou privada considerada empresa de grande porte, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638/2007;

45.5. A comprovação de que trata o item anterior poderá ser realizada:

45.5.1. mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica ou mediante cópia da especificação do seguro da apólice, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência; ou

45.5.2. cópia da apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo; ou



- 45.5.3. apresentação de cópia de contrato e/ou outro documento hábil que evidencie a efetiva prestação de serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- 45.6. Caso o licitante opte por demonstrar sua qualificação mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica, este deverá ser impresso em papel timbrado pelo emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) CNPJ e razão social da instituição emitente do atestado, e
 - b) nome, endereço, cargo, e-mail e telefone do signatário da instituição emitente do atestado.
- 45.7. A contratação do seguro será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, **sem participação de corretor ou de empresa corretora de seguros, que também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras, tampouco a proposta deverá conter item de despesa de corretagem**, conforme Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário, de 23 mar. 2015 e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.
- 45.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 45.9. O critério de aceitabilidade de preços serão:
- 45.9.1. valores unitários, referente à menor taxa de emissão de apólice, conforme modelo de proposta, Anexo VII deste Termo de Referência.
- 45.10. **O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, referente à menor taxa de emissão de apólice.**
- 45.11. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital

46. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 46.1. Por se tratar de uma licitação onde será ofertada o menor preço global, referente à menor Taxa de Emissão de Apólice, por tipo de apólice, com base no valor segurado de dezembro de 2022, sendo certo que o sistema eletrônico COMPRASNET não está apto a aceitar oferta de proposta em porcentagem, visando tornar possível a realização de lances, foi estabelecida uma metodologia para fins de demonstração e elucidação para as eventuais empresas participantes da licitação a ser realizada, onde a menor proposta global em REAL (R\$) corresponderá a menor Taxa de Emissão de Apólice.
- 46.2. **Assim, tendo em vista que a Taxa de Emissão de Apólice deve ser expressa em 6 (seis) casas decimais, não podendo a taxa mensal para a apólice complementar ser superior a 10% (dez por cento) da taxa da apólice básica, conforme prevê o item 17.1 deste Termo de Referência, o valor a ser cadastrado no sistema deverá ser aquele obtido como resultado da aplicação do percentual da Taxa de Emissão da Apólice ofertado pela empresa licitante, sobre o valor segurado de dezembro de 2022,**



utilizado como referência no presente processo, conforme exemplificado na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA DE EMISSÃO DE APÓLICE PROPOSTA (meramente exemplificativo)	CAPITAL SEGURADO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL (30 MESES)
1	Emissão de apólice básica , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,098877%	R\$ 238.858.342,40	R\$ 236.175,96	R\$ 7.085.278,90
2	Emissão de apólice complementar , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	0,108765%	R\$ 50.777.008,80	R\$ 55.227,46	R\$ 1.656.823,84
VALOR GLOBAL						R\$ 8.742.102,74

46.3. Diante da demonstração acima, o valor global da proposta seria de R\$ 8.742.102,74 (oito milhões e setecentos e quarenta e dois mil e cento e dois reais e setenta e quatro centavos), sendo: R\$ 7.085.278,90 (sete milhões e oitenta e cinco mil e duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos) para o item 01 do grupo, referente à taxa de emissão de apólice proposta de 0,098877%; e R\$ 1.656.823,84 (um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), para o item 02 do grupo, referente à taxa de emissão de apólice proposta de 0,108765%, que por sua vez observou o limite de 10% da Taxa de Emissão de Apólice para a apólice básica.

46.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vincularão a Contratada.

46.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

46.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

46.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

46.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

47. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO

47.1. Como critério de aceitabilidade e julgamento das propostas, haja vista ausência de complexidade no objeto que exija a utilização do critério melhor técnica, adotar-se-á o de menor preço global, referente à menor taxa de emissão de apólice, considerando que a referida contratação terá preço certo e total, conforme orientações do art. 42, inciso II da Lei 13.303/2016.



48. DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 48.1. O certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em consonância com o disposto no §2º do artigo 51, da Lei 13.303/2016, adotando-se como o tipo menor preço, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002.
- 48.2. Visando ampliar a competitividade, uma vez que se demonstra ser mais vantajoso para administração, e considerando que a NAV Brasil tem um número reduzido de funcionários aptos a operar o portal de compras do governo federal, visando dar celeridade, sem qualquer prejuízo ao certame, será adotado o modo de disputa aberto e fechado, com base nas orientações do Decreto 10.024/2019.

49. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 49.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios desta empresa pública, previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG) para o exercício de 2023, disponíveis na Conta Contábil 311.03.010-1 – Seguro de Vida em Grupo, Dependência 001 – Administração Central, Centro de Custo 20.145-6 – Gerência de Pessoas.

50. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

- 50.1. A CONTRATADA, a partir da apresentação da proposta, obriga-se a cumprir as normas dispostas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), mantendo a devida confidencialidade no trato e na guarda dos dados pessoais eventualmente fornecidos durante todo procedimento licitatório.
- 50.2. A CONTRATADA obrigará-se a obter, por escrito, ser comprometer providenciar junto de seu(s) representante(s) legal(is) e dos profissionais direta ou indiretamente envolvidos com o procedimento licitatório e com a execução do Contrato, a assinatura do “Termo de Confidencialidade e Sigilo”, a ser encaminhado em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 50.3. O sigilo supramencionado refere-se à terceiros que não façam parte da relação jurídica da contratação, tendo em vista a necessidade da Seguradora necessita repassar informações sobre os contratos de seguro para a SUSEP (órgão regulador) e outras pessoas jurídicas que possuem dever de confidencialidade pelos regulamentos aplicáveis (SUSEP).

51. POLÍTICA DE INTEGRIDADE

- 51.1. A CONTRATADA deverá observar a Política de Integridade nas transações com partes interessadas, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e na Lei nº 12.486/2013, bem como cumprir, integralmente, as normas e exigências constantes no Código de Ética, Conduta e Integridade, da NAV Brasil.



52. ANEXOS

52.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 52.1.1. Anexo I – Relação de data de nascimento, sexo e remuneração dos empregados;
- 52.1.2. Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- 52.1.3. Anexo III – Matriz de Riscos;
- 52.1.4. Anexo IV – Tabela Salarial de Cargos Regulares;
- 52.1.5. Anexo V - Tabela de Remuneração de Funções para Cargo de Livre Provimento;
- 52.1.6. Anexo VI - Sinistralidade da Apólice Básica Atual;
- 52.1.7. Anexo VII - Modelo da Proposta de Preços.

Elaborado por:

VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA
Matrícula 18.914-06
Coordenadora da Equipe de Planejamento

RENATA LIMA ANDRADE
Matrícula 18.924-03
Membro Técnico da Equipe de Planejamento

MARCO ANTONIO DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA
Matrícula 98.415-75
Membro Administrativo da Equipe de Planejamento

ELAINE ALVES BARBOSA
Matrícula 18.956-89
Membro Administrativo da Equipe de Planejamento

Aprovo:

CARLOS ROBERTO SANTOS
Matrícula 18.891-91
Diretor de Administração



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

ANEXO I

RELAÇÃO DE DATA DE NASCIMENTO, SEXO E REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

Data de Nascimento	SEXO	Remuneração	Data de Nascimento	SEXO	Remuneração
14/06/1975	F	7.651,42	20/04/1989	M	4.478,00
15/02/1966	M	15.374,38	18/08/1971	F	8.456,75
25/11/1987	F	9.580,95	15/01/1975	M	6.988,25
15/09/1968	M	15.374,38	16/09/1964	M	10.233,88
26/06/1987	F	9.580,95	29/05/1970	M	7.214,04
24/05/1982	F	13.150,50	12/09/1963	M	9.603,51
01/11/1991	F	6.332,25	28/03/1972	M	6.153,80
26/01/1988	F	5.989,57	17/07/1974	M	5.774,80
27/12/1982	F	6.332,25	04/05/1966	M	12.384,44
24/05/1975	F	13.150,50	04/06/1980	M	5.774,80
27/10/1978	F	7.651,42	18/12/1974	M	7.118,01
31/05/1975	F	7.651,42	08/07/1975	F	4.478,00
16/09/1966	F	15.374,38	28/12/1961	M	13.197,45
12/12/1975	F	5.989,57	24/10/1980	F	5.774,80
24/03/1960	F	9.580,95	02/08/1973	M	15.374,38
09/06/1987	F	13.397,52	30/05/1981	M	5.821,21
17/08/1962	F	9.580,95	05/06/1954	M	8.456,75
01/01/1966	M	13.150,50	15/06/1973	M	7.214,04
09/10/1975	M	9.580,95	08/01/1975	F	7.935,84
01/06/1989	M	9.580,95	30/07/1986	M	4.926,08
19/05/1995	M	5.989,57	20/10/1986	M	4.771,99
03/01/1982	F	7.651,42	11/07/1975	M	5.249,53
26/02/1985	F	13.150,50	27/02/1968	F	9.011,95
13/11/1995	F	5.989,57	03/04/1974	M	9.279,05
24/03/1970	M	15.374,38	04/01/1991	M	4.771,99
05/04/1992	M	7.651,42	08/04/1973	M	7.935,84
23/10/1979	F	7.651,42	24/09/1982	F	5.085,23
10/06/1984	F	13.150,50	23/05/1968	M	9.302,97
01/12/1980	F	7.651,42	04/06/1988	M	4.926,08
07/07/1976	M	13.150,50	16/03/1986	F	4.926,08
22/01/1979	F	9.580,95	10/06/1981	M	5.085,23
28/03/1972	M	11.268,15	22/08/1988	F	5.085,23
13/10/1987	F	13.150,50	03/03/1962	M	9.913,70
05/12/1988	F	15.374,38	08/02/1973	M	4.478,00
24/11/1958	M	15.374,38	06/11/1976	M	4.771,99
01/09/1981	F	13.150,50	24/05/1977	F	11.028,28
04/04/1965	M	13.150,50	05/08/1960	M	9.302,97
19/01/1992	M	6.332,25	04/10/1964	M	10.905,73
14/06/1968	F	7.651,42	27/05/1989	M	5.085,23



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

28/05/1981	F	7.651,42	24/04/1983	M	9.153,48
25/06/1971	M	13.150,50	29/05/1962	M	10.905,73
10/11/1981	F	7.651,42	05/12/1974	F	7.687,58
21/02/1966	M	25.189,53	20/12/1966	M	10.073,15
02/03/1959	M	28.370,56	12/12/1965	M	8.456,75
21/08/1967	M	25.189,53	04/12/1982	F	7.024,65
12/04/1966	M	7.935,84	14/12/1977	M	6.988,25
27/03/1976	F	6.988,25	11/08/1968	M	8.456,75
16/04/1983	F	7.687,58	26/04/1976	F	5.249,53
25/02/1988	M	11.268,15	11/12/1974	M	5.085,23
11/09/1966	F	9.603,51	31/05/1964	M	7.687,58
29/11/1971	M	5.774,80	29/05/1989	F	5.085,23
02/04/1971	F	8.192,17	05/11/1966	M	9.011,95
28/03/1979	M	5.774,80	02/06/1958	M	8.729,94
27/10/1980	M	7.935,84	27/12/1982	F	4.926,08
25/07/1977	F	6.557,78	06/04/1971	M	8.729,94
29/11/1976	F	4.478,00	06/07/1979	M	7.447,08
12/01/1983	M	4.622,65	18/12/1975	M	9.153,48
06/06/1976	F	5.774,80	08/12/1984	F	4.622,65
24/04/1971	F	6.557,78	22/07/1968	M	4.926,08
28/03/1971	F	6.557,78	18/05/1988	M	4.478,00
13/12/1962	F	7.214,04	15/01/1979	M	9.153,48
14/10/1967	F	9.603,51	19/05/1977	M	7.935,84
24/05/1983	F	2.447,84	02/08/1976	F	8.192,17
07/12/1975	F	5.774,80	25/03/1969	M	9.302,97
10/01/1968	M	7.687,58	28/11/1976	F	9.279,05
08/09/1966	M	9.302,97	18/05/1976	M	7.935,84
31/07/1968	F	7.687,58	21/06/1983	M	4.771,99
26/02/1978	M	9.580,95	22/02/1967	F	8.456,75
09/10/1979	M	7.935,84	20/03/1962	M	5.419,00
23/09/1984	F	5.085,23	02/09/1984	F	4.622,65
02/07/1982	F	15.374,38	07/07/1988	M	5.085,23
10/06/1972	F	15.374,38	03/11/1983	M	4.926,08
24/03/1974	M	3.057,90	03/06/1977	M	9.535,38
22/03/1966	M	11.028,28	28/10/1965	M	5.419,00
24/09/1984	F	4.771,99	04/12/1963	M	8.729,94
31/07/1989	M	4.478,00	24/07/1987	M	4.926,08
02/03/1954	F	5.249,53	01/10/1979	M	6.592,74
21/10/1974	M	18.096,84	05/08/1963	F	5.774,80
19/02/1978	F	9.580,95	16/01/1962	M	6.988,25
06/04/1975	F	5.961,31	11/04/1980	F	6.153,80
07/01/1969	F	13.197,45	17/02/1976	F	5.774,80
03/11/1980	M	4.478,00	26/07/1973	F	5.774,80
27/07/1965	M	9.580,95	28/11/1964	M	6.332,25
14/08/1977	M	18.096,84	09/04/1961	M	4.478,00



02/02/1976	M	4.478,00	18/08/1975	M	7.447,08
13/09/1962	F	18.136,27	20/05/1974	F	7.687,58
01/03/1955	F	6.557,78	07/09/1980	M	4.202,17
01/08/1978	M	6.153,80	25/01/1974	F	4.478,00
07/03/1977	M	13.150,50	16/12/1987	F	4.202,17
25/06/1965	F	7.687,58	06/11/1977	F	7.024,65
18/02/1986	M	7.447,08	26/09/1978	F	4.202,17
04/02/1965	M	5.419,00	19/10/1969	F	4.478,00
29/05/1969	M	7.447,08	26/09/1981	M	4.202,17
23/10/1972	F	13.197,45	27/04/1973	F	6.988,25
14/10/1971	M	7.214,04	21/12/1965	M	6.769,66
25/06/1973	F	7.214,04	06/05/1965	M	3.584,66
02/11/1969	M	7.447,08	10/07/1968	M	9.302,97
25/01/1982	F	2.371,21	03/01/1980	M	6.153,80
20/05/1984	M	4.478,00	25/05/1984	M	5.085,23
04/10/1968	F	7.935,84	15/04/1980	M	5.085,23
22/05/1980	M	13.150,50	05/12/1977	F	6.988,25
28/02/1968	F	7.214,04	23/09/1985	F	5.085,23
11/10/1967	M	9.985,92	19/07/1990	F	4.337,96
20/08/1969	F	9.985,92	06/12/1977	M	5.085,23
02/05/1980	F	5.774,80	20/09/1979	M	4.926,08
18/07/1965	F	9.287,21	23/09/1977	M	5.249,53
31/12/1978	F	9.580,95	12/05/1978	M	9.642,24
25/04/1986	M	5.085,23	13/10/1972	M	7.687,58
29/05/1976	M	6.988,25	06/05/1985	F	5.085,23
01/05/1974	M	15.374,38	12/07/1979	M	6.557,78
03/11/1979	M	15.374,38	15/07/1971	F	4.622,65
18/02/1973	F	6.557,78	15/04/1967	M	12.612,13
27/03/1968	F	11.257,94	28/02/1986	M	9.175,98
04/11/1972	M	7.447,08	25/03/1967	M	7.935,84
25/07/1972	M	11.268,15	31/01/1968	F	6.769,66
13/02/1965	M	10.905,73	14/01/1978	M	5.085,23
10/05/1966	M	5.249,53	14/07/1972	F	7.935,84
11/03/1973	M	18.096,84	13/10/1965	M	8.729,94
13/01/1973	F	7.214,04	04/04/1990	F	4.337,96
30/07/1943	M	8.192,17	25/07/1966	M	8.456,75
03/03/1984	M	4.622,65	10/04/1978	M	5.085,23
21/03/1968	M	4.771,99	10/07/1986	M	4.478,00
31/01/1983	F	7.447,08	06/05/1963	F	10.905,73
21/04/1978	M	4.478,00	24/07/1974	F	7.687,58
08/12/1979	F	5.774,80	14/12/1985	F	4.926,08
23/03/1984	M	9.745,42	07/02/1985	M	4.771,99
09/04/1965	M	13.623,69	10/10/1968	M	6.769,66
22/04/1963	M	9.603,51	19/03/1969	F	7.935,84
15/07/1963	M	10.905,73	16/06/1980	F	4.926,08



13/08/1986	F	15.374,38	06/06/1972	M	6.769,66
13/01/1983	F	15.374,38	21/02/1964	F	7.687,58
03/06/1985	M	7.214,04	11/11/1985	M	4.622,65
27/05/1972	M	6.557,78	29/06/1987	M	4.771,99
28/08/1963	M	13.197,45	09/06/1972	F	6.769,66
23/06/1958	M	9.603,51	12/06/1979	M	5.961,31
23/08/1968	M	6.153,80	01/12/1974	F	5.774,80
29/07/1978	M	13.150,50	31/07/1977	M	5.249,53
15/07/1959	M	11.257,94	03/02/1991	F	4.926,08
05/10/1967	M	9.011,95	04/04/1983	F	4.771,99
01/05/1965	M	6.352,63	09/07/1976	M	7.687,58
12/05/1964	M	7.687,58	14/05/1973	M	7.935,84
07/01/1966	M	8.729,94	09/10/1973	F	3.057,90
21/01/1968	F	3.258,60	09/11/1983	M	4.622,65
11/03/1963	F	9.913,70	27/12/1984	F	4.622,65
19/08/1964	F	7.651,42	23/12/1972	F	4.771,99
22/10/1969	F	4.622,65	14/04/1964	M	8.192,17
22/08/1974	F	6.988,25	06/05/1981	M	7.024,65
22/12/1981	F	6.557,78	26/02/1972	M	10.418,69
04/08/1969	M	7.651,42	01/03/1990	F	4.622,65
12/02/1980	F	4.926,08	26/02/1970	F	7.687,58
30/04/1972	F	5.961,31	19/08/1971	F	6.988,25
09/06/1970	F	5.774,80	11/02/1981	M	7.687,58
26/04/1985	F	4.771,99	30/09/1972	F	9.011,95
18/03/1968	M	6.153,80	27/04/1966	M	11.009,37
01/10/1966	M	9.011,95	18/08/1972	F	7.214,04
25/08/1966	M	6.988,25	04/10/1970	M	4.622,65
30/12/1970	M	7.935,84	27/12/1983	M	4.622,65
08/12/1963	M	9.279,05	07/10/1969	F	7.214,04
18/08/1973	F	13.150,50	06/03/1981	F	5.085,23
16/07/1960	M	15.463,82	06/04/1967	F	6.988,25
10/04/1990	M	2.371,21	21/10/1974	M	9.393,98
24/06/1981	F	9.279,05	27/09/1973	M	5.774,80
31/03/1985	F	7.214,04	03/09/1991	F	4.926,08
17/02/1965	M	6.769,66	12/11/1982	F	4.926,08
08/08/1984	F	7.651,42	26/05/1969	M	7.687,58
14/11/1979	F	8.452,14	19/04/1982	F	4.622,65
10/04/1986	M	13.150,50	04/05/1979	M	5.085,23
30/06/1963	F	7.447,08	10/03/1963	M	7.935,84
05/08/1975	F	4.478,00	12/05/1974	F	4.926,08
20/09/1966	M	9.603,51	08/01/1983	M	4.622,65
11/08/1983	F	13.150,50	20/02/1973	M	8.456,75
04/05/1971	F	8.456,75	07/10/1985	F	4.337,96
04/05/1974	F	13.197,45	12/07/1962	M	7.687,58
13/10/1976	M	4.771,99	21/07/1954	M	7.687,58



06/07/1966	M	8.729,94	27/08/1963	M	7.447,08
13/08/1966	M	7.687,58	28/07/1982	M	4.926,08
18/07/1977	M	6.557,78	12/07/1970	M	12.195,82
21/09/1970	M	6.153,80	07/10/1968	M	8.456,75
21/05/1974	F	3.819,97	04/08/1966	F	10.905,73
28/02/1970	F	7.447,08	11/03/1961	M	9.913,70
26/09/1968	F	6.557,78	20/05/1963	M	6.557,78
22/07/1958	F	8.729,94	02/02/1974	F	6.769,66
11/12/1972	F	9.745,42	21/07/1969	M	7.935,84
09/11/1981	F	3.057,90	01/07/1975	F	5.249,53
10/04/1982	M	9.580,95	03/10/1985	F	4.622,65
12/09/1983	M	5.085,23	01/11/1978	F	6.988,25
13/01/1963	M	6.352,63	01/04/1972	F	7.687,58
19/11/1970	M	8.557,25	23/07/1974	F	9.642,24
24/10/1986	M	18.096,84	20/01/1967	F	7.447,08
17/11/1978	F	6.153,80	29/03/1969	F	7.447,08
31/03/1981	F	4.771,99	15/09/1967	M	6.988,25
13/05/1949	M	9.302,97	25/09/1969	F	7.447,08
22/03/1972	M	6.557,78	08/02/1969	M	12.157,49
22/09/1968	M	9.603,51	05/08/1984	M	5.594,10
10/02/1964	M	10.564,45	25/05/1983	F	4.622,65
19/04/1972	M	4.478,00	12/04/1964	M	14.063,70
07/12/1983	M	4.478,00	27/11/1967	M	13.623,69
17/09/1981	M	4.622,65	10/12/1978	M	5.085,23
06/05/1966	M	9.603,51	30/03/1980	M	4.771,99
23/10/1987	M	4.202,17	25/06/1972	M	7.447,08
02/08/1976	M	6.557,78	11/10/1959	M	13.197,45
01/03/1978	M	4.478,00	04/08/1969	M	8.729,94
14/05/1958	M	6.557,78	15/10/1962	M	11.257,94
18/10/1983	M	5.085,23	10/02/1984	M	5.249,53
17/03/1960	F	4.202,17	19/08/1976	M	6.988,25
23/02/1961	F	8.192,17	12/06/1971	M	5.249,53
11/09/1974	M	7.447,08	14/01/1975	M	9.535,38
30/03/1967	M	7.214,04	06/09/1959	M	8.456,75
30/01/1967	F	11.940,28	30/07/1964	M	5.085,23
28/09/1967	M	9.603,51	28/09/1979	M	6.153,80
16/06/1974	M	4.202,17	10/11/1963	M	14.966,90
27/09/1976	F	6.988,25	17/08/1965	M	13.623,69
13/04/1984	F	4.202,17	22/03/1980	M	3.057,90
08/08/1973	M	8.456,75	10/10/1968	M	8.192,17
29/11/1981	F	4.478,00	28/11/1968	M	11.257,94
30/09/1970	M	4.478,00	07/12/1984	M	5.085,23
24/09/1985	M	7.024,65	22/10/1968	F	8.456,75
21/07/1968	F	10.233,88	04/08/1979	F	3.819,97
19/08/1947	M	8.192,17	11/05/1974	M	9.011,95



24/06/1960	F	6.769,66	12/02/1977	F	4.622,65
16/07/1960	M	9.302,97	07/02/1979	F	6.153,80
24/03/1982	M	5.085,23	09/01/1991	M	4.926,08
06/08/1976	M	5.085,23	06/12/1965	M	8.192,17
09/04/1983	M	5.085,23	27/03/1960	F	5.774,80
08/07/1966	F	5.774,80	17/11/1958	M	4.771,99
02/03/1986	M	4.478,00	05/04/1963	F	3.057,90
07/08/1977	M	4.771,99	17/05/1981	M	6.557,78
20/06/1981	M	7.300,28	04/06/1958	M	11.996,98
23/11/1959	M	9.302,97	19/06/1966	F	14.518,01
19/01/1973	F	6.557,78	27/03/1979	M	4.202,17
14/09/1962	F	9.603,51	12/05/1975	F	7.447,08
22/11/1963	M	9.913,70	01/01/1967	M	7.935,84
06/11/1957	M	10.233,88	23/12/1976	F	10.905,73
28/12/1985	M	4.202,17	20/02/1987	M	9.580,95
19/11/1986	F	4.478,00	13/01/1976	M	9.279,05
05/10/1973	M	4.478,00	27/04/1978	M	6.769,66
07/11/1991	M	4.202,17	09/01/1976	M	7.447,08
05/01/1959	M	6.988,25	16/04/1964	F	7.935,84
09/04/1990	M	4.202,17	23/08/1974	F	9.580,95
22/05/1961	M	11.009,37	16/10/1971	F	6.557,78
13/03/1972	F	7.447,08	25/06/1967	M	7.687,58
23/01/1990	M	4.478,00	09/05/1971	M	9.535,38
02/12/1966	F	9.302,97	06/10/1968	M	7.447,08
13/03/1986	F	4.202,17	25/04/1980	F	7.687,58
07/08/1981	M	4.202,17	06/11/1964	M	10.905,73
21/10/1990	M	4.202,17	28/12/1972	M	5.774,80
30/06/1982	M	4.771,99	11/01/1978	M	2.371,21
15/10/1963	M	7.447,08	27/12/1989	M	4.771,99
08/03/1974	F	7.447,08	04/09/1974	M	7.447,08
31/08/1974	M	6.557,78	17/05/1966	M	8.192,17
19/02/1970	F	7.687,58	03/02/1981	F	6.557,78
09/12/1973	M	6.988,25	30/07/1988	M	4.337,96
05/01/1962	M	7.214,04	24/05/1979	M	6.153,80
10/11/1969	M	7.687,58	05/03/1960	M	6.557,78
23/02/1973	M	9.985,92	17/12/1979	F	4.622,65
20/01/1970	M	6.988,25	27/06/1980	M	5.774,80
28/07/1971	M	8.192,17	24/07/1987	F	4.622,65
13/12/1982	M	9.153,48	10/12/1964	F	13.623,69
04/11/1962	F	7.935,84	22/11/1979	M	6.557,78
17/10/1976	M	5.774,80	02/10/1971	M	5.249,53
19/01/1967	M	6.769,66	17/03/1973	M	10.233,88
07/08/1968	M	5.774,80	25/05/1963	M	8.192,17
09/09/1987	F	5.085,23	19/08/1977	M	4.926,08
11/05/1989	F	4.478,00	31/07/1956	M	20.595,48



01/03/1962	M	7.935,84	15/11/1978	F	9.580,95
14/05/1981	M	6.557,78	19/01/1979	M	6.557,78
24/02/1985	M	4.622,65	15/02/1977	M	9.603,51
15/04/1989	M	7.024,65	05/09/1969	M	4.337,96
10/09/1977	M	5.249,53	25/10/1988	F	4.478,00
30/11/1975	M	5.774,80	11/05/1989	M	4.622,65
26/09/1981	M	5.085,23	06/02/1970	F	6.153,80
14/08/1976	F	5.249,53	30/04/1976	M	10.905,73
18/05/1976	M	5.774,80	07/07/1968	M	16.486,59
04/01/1966	F	8.456,75	27/06/1967	M	7.935,84
18/01/1978	F	9.642,24	05/02/1974	M	6.988,25
18/03/1972	F	8.192,17	25/09/1967	M	16.816,35
09/08/1967	F	11.257,94	11/08/1968	F	9.011,95
09/08/1989	F	5.085,23	15/05/1968	F	15.495,79
02/06/1977	M	6.557,78	13/05/1957	M	12.384,44
14/07/1979	M	7.935,84	24/06/1974	M	10.905,73
17/02/1974	F	2.371,21	22/02/1963	F	9.603,51
22/02/1967	M	11.128,99	23/12/1974	F	9.580,95
30/07/1967	M	4.202,17	23/02/1977	M	7.687,58
06/09/1992	M	4.202,17	28/05/1973	M	6.557,78
11/08/1990	M	4.202,17	20/09/1980	F	5.085,23
07/05/1983	F	4.202,17	19/09/1973	M	12.384,44
06/10/1969	M	6.988,25	21/03/1978	F	5.419,00
21/06/1970	M	5.085,23	08/11/1965	M	6.153,80
29/05/1968	F	9.913,70	25/02/1960	F	11.996,98
29/09/1983	M	4.926,08	13/04/1992	F	4.771,99
04/03/1981	M	4.771,99	21/11/1985	F	4.926,08
07/04/1967	M	10.905,73	07/01/1990	F	4.622,65
21/05/1966	M	9.302,97	17/05/1966	F	5.249,53
19/09/1979	F	5.085,23	08/03/1964	M	13.623,69
15/01/1967	M	7.860,20	18/12/1967	M	7.935,84
05/06/1966	M	11.621,57	20/06/1973	F	7.687,58
11/03/1966	M	9.913,70	13/12/1980	M	4.771,99
13/10/1971	M	6.988,25	29/12/1966	M	10.905,73
11/11/1967	M	7.687,58	12/04/1978	F	7.687,58
29/07/1963	M	9.302,97	24/06/1977	F	6.153,80
02/08/1972	F	7.687,58	26/10/1979	M	6.153,80
26/05/1962	M	8.729,94	23/07/1979	M	6.557,78
07/08/1973	M	8.192,17	07/11/1974	M	5.249,53
03/08/1972	M	7.687,58	05/03/1986	M	5.965,86
10/04/1976	M	6.988,25	02/05/1966	M	5.774,80
23/07/1978	M	9.580,95	20/03/1980	F	9.011,95
03/05/1965	M	5.085,23	04/08/1978	F	9.011,95
04/04/1977	M	9.642,24	29/12/1973	M	5.774,80
11/10/1965	M	7.447,08	12/07/1979	M	4.771,99



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

19/08/1970	M	7.687,58	27/04/1960	M	12.784,46
05/09/1964	F	9.302,97	14/07/1975	M	6.153,80
10/05/1962	M	6.769,66	16/07/1978	F	6.557,78
22/02/1973	F	8.192,17	27/10/1978	M	7.935,84
09/03/1982	M	5.249,53	24/06/1976	M	6.592,74
05/03/1965	M	11.257,94	03/04/1967	F	10.355,16
22/09/1962	M	10.905,73	21/05/1968	M	3.584,66
02/04/1991	M	5.085,23	11/09/1987	M	4.926,08
19/07/1964	M	8.192,17	20/02/1965	F	7.214,04
28/03/1973	M	4.926,08	07/06/1967	M	7.935,84
15/04/1971	F	9.011,95	15/10/1961	M	7.687,58
05/09/1972	M	5.085,23	06/12/1976	F	6.557,78
23/12/1967	M	8.192,17	02/03/1986	F	7.687,58
20/03/1965	F	8.729,94	30/05/1969	F	6.153,80
23/10/1968	M	6.153,80	22/03/1983	M	4.926,08
17/08/1967	M	9.913,70	15/04/1986	M	4.478,00
11/12/1978	F	15.374,38	09/08/1967	F	7.687,58
04/07/1965	F	9.302,97	15/12/1972	M	5.085,23
17/03/1982	F	9.580,95	11/10/1972	M	7.447,08
12/05/1970	M	8.456,75	30/12/1973	F	5.681,17
16/04/1983	M	6.428,44	02/04/1976	M	6.988,25
27/11/1970	M	9.603,51	05/10/1963	M	8.456,75
22/11/1961	M	10.905,73	29/06/1986	M	4.771,99
16/02/1982	M	5.085,23	30/10/1973	F	7.687,58
10/08/1987	M	4.622,65	05/09/1958	F	11.996,98
14/06/1979	M	6.428,44	18/10/1967	F	10.905,73
06/06/1977	M	6.592,74	03/09/1983	M	4.771,99
09/10/1984	M	5.249,53	13/01/1966	M	6.557,78
26/07/1961	M	13.197,45	31/07/1964	M	7.447,08
03/05/1984	M	5.085,23	24/01/1982	F	2.371,21
04/08/1981	F	5.249,53	08/06/1978	F	6.769,66
22/09/1970	F	7.935,84	30/10/1982	M	7.447,08
05/12/1984	F	4.926,08	20/07/1978	M	7.447,08
27/05/1965	M	8.456,75	21/11/1973	F	6.557,78
18/09/1987	F	7.447,08	16/09/1988	M	5.085,23
11/08/1980	F	6.557,78	08/07/1969	M	5.774,80
29/07/1985	F	9.745,42	09/07/1965	M	9.302,97
13/10/1988	M	4.622,65	25/06/1962	M	11.621,57
22/03/1980	F	5.249,53	01/08/1981	M	4.771,99
23/05/1980	M	6.592,74	16/02/1986	M	5.249,53
04/10/1980	M	5.249,53	10/04/1980	M	4.622,65
27/04/1983	M	9.580,95	05/05/1979	M	5.249,53
30/11/1969	M	8.456,75	31/03/1971	M	7.687,58
11/07/1973	M	5.085,23	28/02/1968	M	10.973,89
02/09/1972	F	9.799,96	26/06/1960	M	9.302,97



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



25/05/1967	M	6.769,66	28/05/1966	F	8.192,17
05/04/1985	M	4.622,65	11/05/1976	F	7.447,08
14/03/1979	M	5.249,53	08/07/1966	M	8.456,75
21/02/1972	M	4.926,08	27/04/1979	M	14.518,01
08/12/1985	F	4.926,08	26/04/1987	M	4.622,65
22/09/1989	F	4.622,65	23/03/1968	M	8.729,94
17/12/1986	F	9.580,95	11/10/1974	M	7.935,84
28/12/1978	M	7.687,58	14/04/1989	M	5.085,23
21/07/1988	M	5.085,23	08/05/1975	M	7.687,58
04/01/1984	M	5.085,23	09/09/1966	F	8.729,94
11/01/1956	M	4.926,08	29/07/1970	M	4.622,65
09/01/1966	F	6.557,78	19/02/1986	M	5.085,23
06/01/1978	M	4.771,99	17/12/1952	M	8.456,75
25/06/1957	M	5.419,00	17/05/1977	F	7.687,58
25/05/1971	F	4.622,65	20/02/1973	F	9.393,98
14/05/1984	M	4.622,65	31/10/1979	F	5.249,53
10/05/1989	M	4.202,17	11/11/1964	M	9.642,24
24/06/1980	M	4.771,99	14/02/1967	M	4.337,96
04/10/1979	M	6.153,80	21/03/1957	M	8.729,94
12/07/1960	M	7.447,08	01/09/1982	M	5.249,53
02/07/1962	M	9.603,51	26/02/1981	F	5.085,23
13/11/1966	F	6.988,25	01/12/1977	M	12.784,46
23/10/1973	M	6.332,25	18/10/1966	F	9.302,97
17/11/1974	M	8.192,17	15/11/1973	M	8.192,17
15/07/1991	F	4.478,00	23/01/1965	M	8.456,75
05/05/1987	M	4.202,17	20/03/1970	F	8.192,17
03/01/1976	M	4.622,65	28/01/1987	F	4.926,08
23/12/1983	M	4.771,99	05/12/1975	M	6.988,25
13/05/1959	M	9.011,95	22/12/1985	M	4.926,08
16/01/1983	F	4.202,17	28/05/1970	M	7.687,58
06/10/1969	M	4.478,00	17/01/1971	F	7.687,58
23/12/1964	M	5.774,80	28/05/1966	F	3.819,97
18/12/1968	F	8.192,17	12/10/1987	M	5.249,53
11/05/1968	M	6.988,25	23/01/1974	M	9.409,02
15/11/1972	F	7.935,84	13/03/1972	M	7.935,84
22/04/1974	M	7.214,04	16/08/1963	M	7.935,84
23/03/1972	M	8.739,52	08/02/1972	F	4.622,65
29/01/1973	M	6.352,63	14/12/1966	F	9.913,70
16/08/1969	M	8.456,75	06/01/1967	F	7.687,58
28/12/1978	F	6.557,78	12/02/1973	M	8.456,75
29/03/1963	F	9.302,97	18/01/1973	M	7.935,84
05/07/1962	F	7.447,08	10/07/1977	M	5.774,80
11/05/1964	M	7.214,04	17/09/1986	M	7.447,08
09/12/1964	M	8.456,75	17/03/1962	M	8.456,75
20/04/1967	M	8.729,94	23/10/1986	M	4.926,08



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

12/09/1967	M	9.302,97	10/09/1960	M	6.988,25
12/01/1968	M	4.337,96	04/01/1974	M	6.988,25
03/07/1968	M	6.988,25	04/02/1962	M	8.456,75
23/01/1958	M	4.771,99	08/10/1968	M	7.687,58
06/09/1976	M	2.447,84	04/08/1975	F	8.476,06
06/07/1964	F	6.769,66	29/10/1980	F	5.085,23
13/09/1961	M	10.163,15	19/12/1988	M	4.926,08
31/05/1983	F	4.478,00	08/02/1964	M	10.233,88
26/04/1969	M	7.447,08	09/07/1970	F	6.153,80
22/10/1964	M	9.302,97	25/10/1963	M	9.302,97
12/07/1983	F	4.771,99	25/07/1979	M	4.926,08
02/11/1971	M	7.447,08	07/05/1972	M	8.192,17
13/11/1979	M	7.687,58	09/03/1975	M	9.393,98
28/04/1970	M	7.214,04	26/07/1977	M	4.926,08
01/03/1961	M	8.456,75	23/10/1960	F	7.687,58
11/07/1963	M	8.456,75	05/08/1976	M	7.687,58
09/09/1980	F	6.153,80	17/03/1962	M	8.192,17
13/01/1977	M	7.024,65	04/10/1976	F	7.447,08
01/11/1982	F	5.085,23	23/12/1991	F	7.024,65
02/02/1965	M	6.988,25	25/11/1987	M	4.771,99
16/08/1985	M	4.926,08	25/12/1971	F	7.687,58
20/01/1972	F	6.769,66	17/11/1978	F	8.264,18
19/06/1974	F	7.447,08	15/10/1983	F	7.687,58
28/05/1964	M	9.850,14	17/03/1984	F	5.249,53
26/03/1963	M	9.011,95	17/02/1992	M	8.212,05
09/01/1973	F	9.011,95	12/08/1980	M	4.926,08
23/06/1970	M	8.192,17	11/06/1993	M	4.771,99
11/02/1980	M	6.592,74	13/10/1987	M	5.085,23
26/03/1980	M	4.622,65	25/06/1967	M	5.774,80
13/04/1971	F	9.011,95	22/04/1961	M	9.302,97
11/03/1980	F	7.024,65	12/04/1965	M	6.988,25
21/09/1969	F	8.192,17	30/09/1966	M	5.594,10
22/04/1964	F	10.073,15	31/05/1991	M	5.085,23
16/09/1958	M	8.729,94	02/11/1984	M	2.371,21
03/08/1987	F	5.085,23	08/06/1993	F	4.622,65
26/12/1977	M	4.622,65	01/12/1988	F	4.622,65
22/08/1960	F	5.774,80	03/12/1966	M	7.447,08
26/02/1968	M	9.011,95	01/08/1976	F	6.769,66
03/10/1977	M	9.745,42	03/07/1983	M	5.249,53
18/09/1970	F	8.456,75	13/07/1978	M	6.153,80
06/03/1963	M	7.447,08	17/09/1975	M	8.192,17
29/11/1970	F	7.687,58	11/07/1986	M	5.085,23
18/11/1968	F	4.926,08	16/05/1972	F	6.988,25
12/02/1987	F	8.920,44	06/06/1975	F	6.988,25
18/11/1975	F	4.771,99	11/01/1985	M	5.085,23



24/09/1986	M	5.085,23	23/02/1966	F	7.447,08
09/09/1978	M	4.926,08	24/08/1966	F	5.085,23
25/04/1970	M	9.799,96	24/12/1988	M	4.926,08
14/11/1975	M	6.988,25	03/01/1976	F	8.456,75
25/08/1974	F	9.603,51	20/03/1976	M	7.687,58
19/11/1966	F	5.419,00	13/09/1961	M	9.302,97
17/07/1966	M	5.249,53	19/07/1977	F	8.456,75
10/08/1968	F	8.456,75	11/03/1982	M	5.085,23
26/01/1967	F	9.603,51	05/02/1967	M	7.935,84
23/09/1963	M	8.456,75	17/03/1967	M	4.771,99
16/02/1964	M	11.621,57	02/11/1982	M	4.771,99
22/12/1959	M	12.384,44	21/03/1975	M	6.988,25
03/04/1985	M	7.447,08	03/08/1974	M	6.557,78
23/09/1987	F	4.478,00	06/12/1973	M	5.419,00
31/03/1962	M	5.961,31	15/03/1984	F	4.622,65
15/04/1965	F	10.233,88	11/03/1960	M	8.729,94
28/01/1971	M	8.456,75	18/09/1973	M	6.769,66
08/12/1976	F	5.774,80	06/06/1961	M	4.478,00
26/01/1975	F	5.774,80	14/04/1966	F	9.913,70
29/08/1978	M	9.580,95	01/08/1977	F	6.557,78
16/05/1971	F	8.729,94	11/05/1971	M	7.447,08
08/01/1964	F	4.478,00	25/06/1984	F	7.024,65
18/08/1966	M	12.384,44	12/11/1973	M	5.419,00
10/09/1969	F	9.603,51	04/09/1987	M	4.771,99
21/07/1975	M	7.900,99	26/11/1976	F	7.687,58
18/12/1977	F	6.153,80	13/06/1973	F	8.192,17
01/05/1981	F	3.258,60	06/04/1962	M	7.447,08
12/10/1971	M	4.478,00	28/11/1965	M	8.192,17
28/02/1961	M	12.384,44	28/04/1987	F	4.771,99
03/05/1985	M	9.580,95	05/07/1965	M	8.729,94
11/09/1966	F	9.302,97	06/11/1975	M	4.622,65
11/06/1961	M	12.601,15	31/10/1986	M	5.548,00
06/10/1981	M	4.478,00	12/03/1978	M	4.622,65
24/03/1971	F	11.257,94	25/06/1977	M	4.622,65
08/09/1987	F	7.447,08	18/01/1980	M	5.774,80
19/01/1967	M	6.769,66	10/09/1977	F	4.622,65
09/03/1986	M	5.821,21	07/09/1964	M	8.192,17
26/05/1979	M	4.622,65	01/03/1967	M	6.988,25
28/09/1968	M	6.988,25	25/03/1983	M	6.269,29
12/06/1968	M	9.302,97	28/03/1988	M	9.153,48
05/12/1960	M	14.063,70	26/11/1967	M	6.153,80
04/04/1975	F	6.557,78	03/11/1993	F	4.771,99
17/04/1972	F	8.729,94	22/02/1972	M	6.769,66
20/06/1974	M	9.580,95	19/05/1970	M	5.249,53
25/05/1970	F	6.988,25	17/09/1982	M	4.771,99



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

29/05/1962	M	7.687,58	18/09/1970	M	7.447,08
13/02/1971	M	9.302,97	22/09/1965	M	10.905,73
15/10/1970	M	8.192,17	07/02/1972	M	5.774,80
11/03/1966	M	6.428,44	30/05/1964	M	8.456,75
20/01/1968	M	11.256,91	03/06/1968	M	4.926,08
09/04/1965	F	9.913,70	21/07/1976	M	6.988,25
08/05/1964	F	8.456,75	28/09/1987	M	4.478,00
08/02/1972	M	6.153,80	19/04/1974	M	7.687,58
24/08/1962	M	8.729,94	15/10/1975	M	8.264,18
04/03/1958	F	7.447,08	30/07/1980	M	6.592,74
29/09/1985	M	4.926,08	31/12/1975	F	7.214,04
02/11/1973	M	7.214,04	06/01/1969	M	7.214,04
14/05/1970	M	7.935,84	28/12/1954	M	5.085,23
14/08/1966	F	8.456,75	27/12/1969	F	8.192,17
02/04/1966	M	7.687,58	22/10/1967	M	9.302,97
13/02/1968	M	14.540,66	06/10/1980	M	6.592,74
21/08/1970	M	7.447,08	11/11/1985	M	6.592,74
01/10/1965	M	6.769,66	04/09/1982	M	9.580,95
11/10/1989	F	4.478,00	25/03/1981	F	4.622,65
20/12/1968	M	10.355,16	18/09/1989	F	4.622,65
24/07/1975	F	7.687,58	10/08/1981	M	4.622,65
27/10/1989	M	4.926,08	13/04/1966	M	9.302,97
06/04/1986	F	9.580,95	11/01/1968	M	7.935,84
01/09/1983	F	4.622,65	24/06/1965	M	8.192,17
20/05/1987	M	4.478,00	06/11/1979	M	4.622,65
03/12/1972	M	4.622,65	26/01/1980	M	5.085,23
26/09/1975	F	7.687,58	25/01/1985	M	4.478,00
22/09/1976	M	7.214,04	15/11/1971	M	6.988,25
09/08/1989	M	2.371,21	05/06/1992	F	4.622,65
19/07/1968	M	9.535,38	22/11/1977	M	7.214,04
08/10/1975	M	7.024,65	11/07/1990	M	4.622,65
09/06/1990	F	4.478,00	24/12/1992	M	4.622,65
26/07/1969	M	5.774,80	19/04/1990	M	4.622,65
11/05/1985	M	9.580,95	22/11/1968	M	5.249,53
02/10/1965	M	8.456,75	09/08/1959	M	7.687,58
14/03/1982	F	9.580,95	05/04/1980	M	6.153,80
13/02/1985	F	5.085,23	05/11/1983	M	4.771,99
17/08/1964	M	15.374,38	19/05/1983	M	4.478,00
11/03/1980	M	6.269,29	10/05/1982	M	5.085,23
28/03/1966	M	9.603,51	31/07/1971	M	6.153,80
21/11/1956	M	5.249,53	25/12/1979	F	7.679,28
10/10/1973	M	7.687,58	13/06/1980	M	5.085,23
26/12/1983	M	5.249,53	23/01/1984	M	5.085,23
04/01/1985	M	5.249,53	20/11/1967	F	6.557,78
20/04/1965	M	10.646,18	11/11/1982	M	7.214,04



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.

Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em <https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

07/10/1967	F	7.935,84	30/04/1986	M	5.085,23
14/06/1974	M	7.687,58	05/03/1975	F	8.083,26
05/06/1985	F	6.592,74	17/03/1979	M	2.869,53
02/05/1973	M	8.557,25	20/09/1970	F	4.622,65
13/07/1960	M	9.603,51	24/03/1966	M	4.478,00
18/03/1972	M	6.557,78	02/08/1961	M	6.352,63
03/11/1986	M	4.926,08	13/05/1978	M	4.202,17
15/02/1982	M	5.085,23	01/06/1990	M	4.202,17
31/08/1965	M	9.603,51	17/07/1963	M	9.302,97
22/08/1968	M	9.603,51	11/09/1965	F	4.202,17
20/12/1968	M	7.687,58	21/03/1977	M	5.085,23
20/01/1993	F	4.622,65	30/09/1972	M	6.557,78
25/11/1986	M	4.926,08	28/08/1979	F	7.687,58
17/02/1977	M	7.214,04	26/06/1979	F	5.249,53
13/07/1987	M	4.622,65	12/03/1974	M	7.447,08
30/03/1977	M	5.249,53	30/07/1989	F	4.622,65
14/04/1968	F	8.456,75	05/10/1962	F	9.302,97
10/10/1966	M	8.456,75	04/06/1966	M	7.687,58
12/03/1988	M	5.821,21	19/03/1971	M	6.769,66
29/03/1977	M	6.769,66	21/10/1972	M	7.481,20
15/12/1979	M	9.580,95	06/07/1982	M	4.622,65
03/07/1969	M	7.687,58	06/08/1986	M	4.622,65
06/05/1968	M	7.687,58	25/07/1958	F	8.192,17
28/05/1972	M	4.478,00	21/07/1986	M	5.085,23
13/06/1968	M	10.490,51	05/05/1979	M	7.687,58
12/11/1966	M	7.118,01	04/10/1978	M	5.085,23
28/06/1966	M	7.935,84	12/10/1976	M	4.926,08
25/01/1974	M	5.085,23	17/05/1975	M	7.935,84
17/05/1978	M	4.478,00	16/11/1981	M	5.249,53
25/09/1989	F	4.771,99	23/08/1976	M	9.393,98
13/07/1987	F	5.085,23	12/08/1961	F	9.603,51
25/12/1971	F	8.192,17	16/07/1953	M	9.302,97
01/03/1985	F	5.249,53	30/08/1972	F	4.926,08
14/08/1964	M	5.419,00	10/01/1989	M	4.771,99
21/06/1962	M	8.192,17	23/12/1978	M	5.085,23
16/03/1987	F	4.478,00	10/02/1969	F	10.233,88
18/07/1981	F	7.214,04	07/05/1977	M	9.393,98
29/08/1974	M	7.935,84	14/09/1972	F	6.988,25
16/02/1977	M	7.935,84	01/10/1979	M	4.926,08
07/01/1987	M	4.926,08	20/12/1969	F	8.192,17
20/10/1981	F	5.249,53	28/09/1975	M	6.988,25
11/12/1975	M	5.965,86	06/11/1966	M	12.532,22
22/12/1982	M	4.926,08	28/11/1977	M	7.447,08
30/08/1967	M	8.192,17	02/02/1976	M	7.935,84
10/11/1978	F	4.478,00	12/12/1974	M	6.153,80



22/10/1985	F	5.249,53	28/09/1982	M	7.024,65
06/08/1980	F	9.580,95	23/10/1988	M	4.202,17
07/02/1979	M	5.249,53	22/12/1964	M	10.564,45
02/08/1983	F	7.447,08	30/11/1973	F	7.447,08
19/06/1970	M	8.729,94	27/09/1976	M	6.769,66
10/09/1985	M	4.926,08	08/04/1978	F	6.557,78
03/04/1960	M	11.257,94	21/04/1966	M	9.913,70
08/06/1983	M	4.622,65	24/02/1977	M	6.557,78
19/09/1983	M	15.374,38	24/06/1963	M	10.564,45
14/02/1967	M	9.302,97	27/09/1964	M	6.769,66
23/06/1974	M	9.745,42	30/10/1967	M	6.153,80
20/06/1968	M	4.926,08	12/12/1977	M	5.774,80
16/06/1969	M	7.935,84	16/11/1978	M	8.212,05
24/08/1955	F	5.594,10	03/02/1989	M	4.926,08
10/07/1969	M	4.771,99	24/04/1967	M	7.447,08
30/05/1985	F	5.249,53	17/12/1984	M	4.771,99
17/10/1971	F	3.057,90	26/07/1990	F	4.202,17
20/12/1985	F	9.580,95	15/03/1964	M	7.214,04
07/10/1993	M	4.622,65	10/08/1987	M	7.024,65
09/05/1981	M	4.771,99	20/11/1968	M	7.447,08
03/09/1969	M	6.153,80	18/12/1963	M	9.302,97
02/01/1965	M	7.447,08	30/11/1971	M	7.214,04
06/12/1970	F	8.729,94	25/08/1987	M	4.771,99
18/11/1980	M	9.580,95	18/12/1965	M	6.988,25
02/02/1971	F	7.687,58	15/03/1983	M	4.478,00
04/11/1967	M	6.153,80	17/02/1956	M	14.518,01
04/06/1972	F	8.192,17	28/12/1978	M	5.085,23
27/01/1969	F	5.249,53	16/06/1968	M	7.687,58
28/04/1965	F	8.729,94	17/12/1962	M	9.302,97
16/03/1971	M	6.769,66	18/03/1982	F	4.478,00
24/09/1967	F	8.456,75	26/12/1986	F	4.478,00
27/08/1982	M	5.594,10	23/01/1967	F	6.769,66
25/01/1990	F	4.926,08	20/03/1963	M	9.913,70
28/12/1971	M	9.535,38	23/01/1991	M	7.024,65
03/06/1983	M	4.478,00	03/04/1969	F	7.214,04
08/05/1964	M	6.988,25	17/11/1976	M	7.447,08
07/03/1981	M	5.085,23	03/09/1990	M	4.771,99
01/01/1968	M	11.256,91	21/12/1959	M	10.233,88
25/12/1967	M	7.935,84	30/06/1975	M	6.988,25
05/09/1977	M	7.935,84	06/06/1974	M	6.769,66
26/11/1966	M	9.030,79	17/06/1980	M	4.771,99
27/03/1982	M	4.771,99	28/02/1979	F	4.337,96
12/11/1976	M	6.557,78	01/12/1963	M	4.478,00
18/02/1983	M	5.085,23	23/04/1969	M	10.828,45
21/09/1978	M	5.774,80	24/11/1989	M	4.202,17



27/10/1972	M	6.153,80	27/04/1963	M	10.564,45
16/07/1977	F	6.988,25	17/08/1970	F	6.557,78
12/09/1986	F	4.771,99	27/07/1971	M	5.249,53
09/10/1985	M	4.622,65	12/06/1962	F	8.192,17
29/04/1967	M	9.279,05	01/12/1986	F	4.622,65
24/09/1975	M	5.594,10	03/12/1985	M	4.622,65
07/06/1970	M	6.769,66	08/06/1986	M	4.622,65
18/07/1990	M	5.085,23	07/07/1983	M	15.374,38
10/06/1977	F	7.687,58	08/05/1964	M	14.518,01
15/02/1975	M	10.490,51	30/09/1964	F	5.085,23
31/10/1977	F	6.557,78	16/02/1961	M	13.623,69
30/04/1967	M	8.729,94	30/05/1989	F	5.548,00
30/06/1969	M	9.302,97	09/05/1988	M	5.085,23
15/08/1981	F	4.926,08	06/07/1988	M	9.580,95
18/01/1970	M	4.926,08	16/08/1990	F	5.085,23
12/08/1981	M	4.622,65	15/11/1990	F	5.085,23
01/02/1979	F	7.935,84	01/10/1980	M	4.926,08
27/04/1978	F	3.819,97	14/02/1967	M	7.687,58
20/04/1958	F	7.687,58	21/10/1953	M	11.257,94
27/09/1978	F	6.428,44	01/04/1974	M	7.935,84
02/04/1978	F	5.085,23	10/01/1961	M	10.905,73
12/08/1973	M	6.988,25	21/02/1988	M	4.771,99
01/03/1971	M	5.961,31	09/11/1962	M	4.622,65
30/10/1968	M	5.774,80	14/07/1961	M	9.302,97
30/04/1974	M	6.153,80	28/03/1980	F	7.497,01
15/12/1975	F	6.988,25	05/01/1983	M	4.622,65
01/09/1966	M	5.774,80	18/10/1991	M	4.622,65
02/05/1955	M	8.192,17	08/04/1983	F	4.771,99
28/11/1977	F	7.447,08	27/01/1987	M	4.622,65
06/02/1964	M	6.988,25	21/05/1989	F	4.771,99
19/07/1963	M	8.729,94	27/05/1985	M	4.926,08
17/04/1988	M	9.580,95	10/10/1961	M	10.905,73
25/08/1977	F	7.687,58	29/04/1956	M	12.784,46
06/09/1973	M	7.447,08	16/06/1959	M	14.063,70
30/06/1968	M	3.258,60	08/03/1963	M	8.456,75
02/08/1988	M	5.085,23	23/07/1965	M	12.384,44
22/12/1964	F	6.557,78	10/07/1971	M	4.478,00
10/04/1966	F	5.961,31	08/08/1991	F	4.926,08
23/10/1981	M	10.564,45	06/05/1958	F	10.233,88
12/01/1968	M	8.192,17	26/04/1988	F	4.926,08
25/04/1967	M	5.594,10	15/09/1970	M	9.393,98
07/03/1974	F	7.447,08	04/03/1969	F	6.557,78
10/08/1975	M	7.935,84	06/10/1957	M	10.905,73
16/07/1983	F	5.085,23	16/08/1976	F	6.153,80
16/03/1968	F	4.926,08	19/05/1974	M	4.202,17



18/01/1969	M	7.214,04	08/08/1976	F	6.988,25
03/09/1962	M	11.621,57	23/10/1971	F	2.692,69
21/01/1976	M	6.557,78	10/01/1968	F	7.447,08
26/11/1976	M	7.214,04	26/03/1967	M	11.439,18
20/12/1984	M	4.622,65	21/06/1976	M	7.687,58
30/08/1974	M	5.594,10	31/10/1961	M	12.384,44
30/09/1965	M	8.729,94	11/11/1976	M	7.447,08
03/10/1988	M	4.622,65	20/12/1985	F	5.249,53
16/09/1957	M	12.784,46	08/04/1985	M	4.926,08
20/12/1972	M	5.961,31	11/05/1962	M	7.687,58
01/08/1977	F	6.988,25	24/07/1981	F	5.774,80
01/04/1969	M	9.799,96	22/11/1984	M	4.926,08
21/01/1982	F	5.249,53	29/04/1982	F	6.269,29
03/03/1966	M	6.988,25	11/05/1974	M	7.214,04
26/04/1973	M	7.214,04	01/11/1990	M	4.926,08
19/02/1966	F	7.214,04	01/10/1970	M	5.085,23
10/07/1961	F	9.603,51	26/11/1966	M	11.621,57
07/11/1972	M	6.153,80	17/11/1968	F	8.456,75
15/05/1972	F	7.447,08	10/06/1968	F	2.371,21
19/06/1977	F	7.687,58	20/03/1970	F	9.030,79
07/10/1968	F	6.769,66	17/12/1970	M	9.011,95
29/03/1979	M	4.478,00	04/10/1972	M	7.935,84
08/07/1974	M	6.988,25	16/09/1976	F	8.192,17
18/05/1972	M	6.153,80	11/04/1991	M	4.622,65
09/01/1972	M	8.192,17	26/04/1968	F	9.603,51
19/05/1976	M	6.988,25	26/03/1965	M	7.447,08
16/02/1965	M	7.447,08	13/02/1968	M	8.192,17
28/04/1973	F	5.774,80	13/08/1961	F	7.447,08
05/06/1971	M	4.622,65	11/03/1979	M	5.774,80
27/09/1966	M	6.352,63	21/02/1980	F	5.774,80
03/02/1964	F	10.564,45	31/03/1967	M	9.535,38
26/04/1968	F	6.988,25	20/03/1963	M	10.905,73
15/03/1963	M	10.564,45	08/01/1972	M	6.988,25
14/07/1977	M	9.393,98	25/04/1962	M	8.456,75
21/08/1991	M	6.332,25	26/05/1975	F	7.687,58
07/03/1990	M	4.202,17	07/06/1974	M	4.771,99
19/05/1983	M	4.478,00	31/08/1971	F	8.729,94
18/11/1978	M	7.687,58	25/06/1982	M	6.428,44
17/09/1974	F	6.769,66	05/11/1972	F	4.478,00
30/04/1985	F	5.249,53	25/04/1964	M	11.996,98
21/04/1965	F	7.687,58	30/06/1973	F	8.790,29
14/07/1977	M	4.622,65	08/04/1970	F	7.214,04
14/10/1959	M	7.687,58	11/03/1969	M	7.935,84
24/07/1968	M	7.935,84	12/08/1961	M	5.774,80
18/02/1983	M	7.024,65	29/10/1974	F	7.214,04



14/11/1977	M	7.687,58	15/05/1985	F	5.085,23
22/04/1978	M	6.988,25	30/09/1982	M	4.771,99
08/03/1967	M	11.257,94	17/02/1971	M	11.028,28
01/10/1973	M	7.687,58	02/01/1989	M	4.926,08
11/05/1984	M	7.024,65	12/12/1972	M	9.642,24
15/07/1982	F	4.622,65	20/12/1983	F	5.249,53
21/12/1960	M	5.774,80	13/04/1967	F	7.687,58
28/07/1974	M	4.622,65	02/04/1971	F	8.192,17
31/03/1957	F	10.905,73	24/02/1966	F	7.687,58
29/01/1972	M	8.192,17	29/08/1989	F	8.920,44
19/09/1978	F	7.687,58	08/10/1970	F	9.279,05
21/04/1979	F	8.192,17	16/11/1970	M	8.694,65
06/08/1967	M	8.192,17	25/11/1972	F	3.057,90
12/11/1975	M	7.935,84	09/09/1966	M	7.214,04
01/12/1958	M	9.603,51	07/10/1978	F	5.774,80
24/07/1984	F	5.085,23	24/11/1965	F	4.202,17
26/10/1975	M	4.622,65	30/01/1973	F	6.769,66
21/03/1977	M	6.988,25	18/10/1960	M	8.192,17
08/01/1963	M	8.192,17	27/09/1974	F	10.163,15
18/04/1967	M	7.935,84	03/06/1970	F	4.202,17
13/09/1965	M	9.011,95	13/08/1976	M	6.769,66
22/09/1966	M	9.302,97	10/03/1972	F	8.456,75
30/08/1984	F	7.447,08	26/12/1969	F	9.011,95
30/12/1985	M	5.085,23	04/03/1974	F	8.456,75
10/02/1989	M	4.478,00	24/04/1967	M	9.302,97
21/02/1968	F	11.257,94	27/04/1969	F	8.456,75
03/04/1985	F	4.771,99	10/08/1971	M	8.456,75
25/07/1970	M	7.687,58	15/08/1969	F	8.192,17
28/04/1983	F	9.409,02	15/04/1993	M	4.622,65
27/06/1974	M	8.192,17	15/03/1990	F	4.478,00
30/12/1973	M	8.192,17	23/08/1984	M	4.478,00
28/06/1966	F	8.192,17	29/01/1989	F	4.622,65
11/12/1971	M	8.456,75	05/05/1978	M	6.428,44
29/01/1978	F	7.687,58	12/11/1975	M	5.249,53
26/05/1977	M	4.926,08	19/01/1966	M	7.214,04
24/03/1983	F	5.249,53	04/12/1991	F	4.622,65
16/01/1992	F	4.926,08	17/08/1972	M	8.456,75
08/08/1960	M	7.214,04	31/05/1971	F	9.535,38
19/11/1985	M	4.926,08	30/04/1973	M	8.456,75
07/05/1976	F	2.692,69	14/03/1985	M	9.580,95
12/02/1968	M	8.192,17	02/07/1979	M	9.580,95
06/12/1967	F	4.926,08	18/07/1983	F	9.580,95
07/03/1970	F	6.153,80	24/04/1974	F	5.249,53
04/07/1970	F	8.192,17	14/03/1966	F	11.257,94
28/07/1991	F	4.926,08	05/04/1985	F	5.085,23



30/09/1964	M	7.447,08	01/06/1956	F	12.784,46
08/02/1983	F	2.371,21	08/04/1992	M	4.622,65
28/08/1978	M	4.622,65	24/07/1988	M	4.622,65
19/04/1980	F	6.557,78	23/01/1973	M	7.447,08
11/01/1986	M	5.085,23	15/08/1985	M	4.926,08
25/11/1956	M	12.384,44	06/05/1986	M	4.926,08
03/05/1964	M	7.125,40	06/08/1982	M	5.249,53
21/05/1988	M	4.478,00	19/08/1984	F	7.024,65
12/04/1982	M	5.774,80	22/08/1968	M	8.456,75
30/09/1965	M	13.623,69	12/07/1980	M	4.478,00
09/09/1971	M	7.447,08	30/12/1967	M	9.011,95
05/05/1972	M	8.456,75	06/09/1985	F	5.085,23
06/11/1969	F	7.024,65	13/09/1985	M	5.085,23
07/10/1986	M	4.926,08	09/06/1964	M	9.603,51
19/04/1993	M	4.926,08	31/01/1978	F	8.192,17
28/12/1966	M	10.905,73	17/04/1986	M	4.622,65
09/03/1962	F	14.518,01	11/01/1973	F	6.153,80
26/02/1973	M	5.774,80	02/01/1955	F	8.729,94
18/10/1967	F	12.612,13	20/01/1973	F	8.456,75
22/04/1966	F	9.603,51	04/12/1989	M	4.926,08
19/11/1973	F	8.456,75	22/08/1963	F	7.214,04
04/06/1982	M	9.580,95	26/05/1980	M	4.622,65
22/04/1979	M	4.478,00	24/11/1982	F	5.085,23
19/03/1969	M	8.264,18	03/03/1971	M	7.687,58
13/09/1959	M	10.905,73	22/05/1986	F	5.249,53
29/06/1983	M	4.478,00	30/07/1973	F	12.784,46
14/10/1971	F	7.214,04	27/01/1982	M	8.212,05
18/05/1969	M	5.774,80	26/11/1989	M	4.622,65
05/07/1984	F	7.447,08	01/10/1976	M	7.935,84
02/03/1969	M	7.687,58	03/12/1989	M	4.622,65
14/11/1965	M	7.214,04	26/12/1964	M	8.729,94
16/07/1981	M	5.085,23	27/02/1976	F	4.622,65
15/03/1973	M	8.192,17	22/03/1974	F	7.687,58
31/05/1960	M	10.233,88	06/10/1977	M	8.192,17
27/08/1967	F	10.905,73	21/11/1975	F	8.192,17
16/07/1963	M	6.153,80	15/01/1988	M	4.926,08
20/12/1976	M	8.192,17	12/10/1981	M	4.926,08
21/06/1989	M	5.085,23	10/05/1985	M	4.926,08
23/12/1966	M	7.687,58	30/08/1962	M	9.913,70
05/12/1965	M	8.456,75	13/09/1968	M	9.913,70
24/11/1972	F	7.687,58	12/11/1965	F	11.996,98
06/11/1987	M	5.085,23	28/06/1964	F	8.729,94
20/04/1982	M	5.085,23	06/05/1991	F	7.024,65
09/08/1968	M	8.456,75	24/10/1951	M	6.557,78
08/10/1982	F	7.214,04	27/06/1972	M	7.687,58



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.

Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em <https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

03/10/1982	M	8.920,44	17/12/1968	M	10.233,88
27/09/1973	M	8.192,17	11/09/1973	M	8.192,17
01/12/1977	M	8.192,17	10/09/1983	F	4.622,65
15/11/1980	M	4.926,08	12/07/1969	F	9.913,70
27/09/1979	F	4.622,65	03/11/1972	F	6.153,80
24/12/1985	M	7.024,65	16/08/1989	M	4.926,08
23/02/1965	M	10.233,88	06/11/1983	M	5.085,23
02/05/1965	M	11.028,28	23/05/1966	M	9.603,51



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1.1 Para efeito de avaliação TRIMESTRAL do desempenho da CONTRATADA, serão considerados os seguintes aspectos:

1.1.1 **Grau de Não Conformidade (G_{NC})** = grau obtido pela soma das variáveis de incidência e período da infração cometida.

$$G_{NC} = G_i + G_F$$

1.1.2 Será calculado um G_{NC} para cada fator de avaliação descrito no “Instrumento de Medição de Resultado (IMR)” deste Anexo.

1.1.3 **Grau de Incidência (G_i)**: grau obtido considerando a variável de incidência da infração cometida.

1.1.4 **Tabela de Incidências**: tabela que correlaciona o percentual de incidências sobre o efetivo/ítem ou número de ocorrências verificadas da infração, com o seu correspondente grau.

TABELA DE INCIDÊNCIA	
Percentual de incidência	G_i
Se a incidência da infração estiver entre 0 e 20% sobre o total do efetivo/ítem	1
Se a incidência da infração for de 1 até 5 ocorrências	
Se a incidência da infração estiver entre 20 e 40% sobre o total do efetivo/ítem	2
Se a incidência da infração for de 6 até 10 ocorrências	
Se a incidência da infração estiver entre 40 e 60% sobre o total do efetivo/ítem	3
Se a incidência da infração for de 11 até 15 ocorrências	
Se a incidência da infração estiver entre 60 e 80% sobre o total do efetivo/ítem	4
Se a incidência da infração for de 16 até 20 ocorrências	
Se a incidência da infração estiver entre 80 e 100% sobre o total do efetivo/ítem	5
Se a incidência da infração for acima de 20 ocorrências	



1.1.5 **Grau de Frequência (G_F)**: grau obtido considerando a variável período da infração cometida.

1.1.6 **Tabela de Periodicidade**: tabela que correlaciona o período de atraso (dias) verificado no descumprimento da infração com o correspondente grau.

TABELA DE PERIODICIDADE	
Período de atraso	G_F
de 1 a 6 dias no mês	1
de 7 a 12 dias no mês	2
de 13 a 18 dias no mês	3
de 19 a 24 dias no mês	4
de 25 a 30 dias no mês	5


NOTA: O período de atraso inferior a 24 horas será considerado somente para efeito de glosa, não devendo ser computado no cálculo da multa o período fracionado.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



Avaliação de Desempenho da Contratada					
Instrumento de Medição de Resultado (IMR)					
Contratação de empresa seguradora para cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, apólice básica e complementar, para os empregados, diretores e ex-empregados aposentados da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.					
I - DADOS DO CONTRATO					
Dependência:					
Contratada:					
Objeto:					
N.º do TC:			Valor Mensal Atual:		
Vigência do TC:			Período de Avaliação:		
N.º do 1º TA:		Objeto:		Data:	
N.º do 2º TA:		Objeto:		Data:	
N.º do 3º TA:		Objeto:		Data:	
N.º do 4º TA:		Objeto:		Data:	
II - DADOS DA FISCALIZAÇÃO					
	Nº do Ato Admin.	Nome do Fiscal	Telefone	E-mail	Assinatura
1					
2					
3					



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

III – FATORES DE AVALIAÇÃO

Item	DESCRIÇÃO	G _I	G _F	G _{NC}	Total
1	Não se aparelhar convenientemente para a execução do objeto contratado				
2	Impedir ou dificultar, por qualquer modo, os trabalhos da Fiscalização				
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização, por ocorrência e por período				
4	Deixar de manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e qualificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de regularidade jurídica e fiscal, por ocorrência e por período				
5	Deixar de fornecer a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que a NAV Brasil julgar necessárias conhecer ou analisar, por ocorrência e por período				
6	Deixar de incluir ou atualizar os beneficiários e as coberturas nas Apólices Básica e Complementar, dentro do prazo previsto				
7	Deixar de efetivar eventual pagamento do seguro inerente às coberturas previstas nas Apólices Básica e Complementar, dentro do prazo previsto				
8	Alterar unilateralmente o rol de segurados ou as coberturas previstas nas Apólices, sem a prévia coordenação com a CONTRATANTE				
9	Não atender, no prazo acordado, diligência solicitada pela Fiscalização da CONTRATANTE				
10	Não manter os canais de comunicação ativos com a CONTRATANTE (telefone fixo, telefone celular e e-mail)				



11	Não processar mensalmente o cálculo e a geração da fatura a ser cobrada, com base nas informações repassadas pela CONTRATANTE				
12	Deixar de cumprir qualquer item do Termo de Referência ou do Contrato não previsto nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização, por ocorrência e por período				
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS					
PONTUAÇÃO TOTAL (100 pontos - pontos perdidos)					

CONCEITO DA AVALIAÇÃO DA CONTRATADA

Faixas de pontuação de G _{NC}	Valor a ser pago
X > 80 pontos	100% do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
70 < X < 80 pontos	90% do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
60 < X < 70 pontos	80% de do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
50 < X < 60 pontos	70% de do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
40 < X < 50 pontos	60% do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
30 < X < 40 pontos	50% do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
X < 30 pontos	Glosa total (retenção de 100%) do pagamento relativo ao mês que fecha o trimestre avaliado
Valor devido mensal =	



IV - MEDIDAS ADOTADAS SOBRE A AVALIAÇÃO

LOCAL E DATA	CARIMBO/ASSINATURA DO GESTOR ADMINISTRATIVO
CARIMBO/ASSINATURA DO FISCAL OPERACIONAL	CARIMBO/ASSINATURA DO FISCAL DE DOCUMENTAÇÃO
ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA	
<p><i>“O trabalho infantil gera danos irreversíveis na saúde psicofísica dos meninos e meninas, prejudicando seu processo de desenvolvimento e particularmente sua integração com a educação.” Organização Internacional do Trabalho – OIT.</i></p> <p>A NAV Brasil não utiliza nem mantém relação comercial com entidades que possuem mão-de-obra infantil e/ou trabalho escravo, em cumprimento à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA</p>	

NOTA: O IMR deverá ser preenchido e aprovado antes do recebimento a Termo.



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

ANEXO III

MATRIZ DE RISCOS

1.1 Consideradas as características do objeto contratado, fica estabelecida a seguinte MATRIZ DE RISCOS:

Nº	RISCO			CATEGORIA	PROBA- BILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	RESPOSTA	CONTROLE	RESPON- SÁVEL
	ORIGEM	CAUSA	CONSEQUÊNCIA							
1	Falhas na especificação do objeto e/ou no levantamento de mercado	Termo de Referência elaborado por empregado não capacitado para elaboração.	Licitação deserta	Licitatório	BAIXA	ALTO	ALTO	MITIGAR	Efetuar levantamento detalhado da demanda, contando com a participação de especialista na elaboração da especificação do objeto / Manter cadastro de fornecedores atualizado	Gerência de Pessoas (DAPE)
2	Erros ou inconsistências na elaboração do Termo de Referência.	Termo de Referência elaborado por empregado não capacitado para elaboração.	Risco de paralisação do processo na fase de elaboração de edital ou risco de questionamentos durante o processo.	Licitatório	MÉDIA	ALTO	ALTO	MITIGAR	Designar técnico com conhecimento na área referente ao objeto demandado e realizar <i>check list</i> após elaboração do termo de referência	Gerência de Pessoas (DAPE)



Nº	RISCO			CATEGORIA	PROBA- BILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	RESPOSTA	CONTROLE	RESPON- SÁVEL
	ORIGEM	CAUSA	CONSEQUÊNCIA							
3	Contratada deixar de manter as condições de habilitação e contratação	Falta de qualificação da empresa e/ou falha no processo de habilitação da empresa	Descumprimento do Contrato	Contratual	MÉDIA	MÉDIO	MÉDIO	MITIGAR	Especificar requisitos técnicos de acordo com as normas e boas práticas de mercado / Avaliar os procedimentos e práticas da empresa por meio de visitas técnicas, para fundamentar o parecer técnico.	Contratada / Gerência de Pessoas (DAPE) / Gerência de Compras e Contratos (DACC)
4	Caso fortuito ou força maior	Situações na prestação dos serviços que configurem caso fortuito ou força maior	Descontinuidade na prestação dos serviços	Contratual	BAIXA	MÉDIO	MÉDIO	MITIGAR	Suspender ou rescindir o contrato, com possibilidade de contratar remanescente	Contratada / Gerência de Pessoas (DAPE) / Gerência de Compras e Contratos (DACC)
5	Execução ineficiente do contrato	Problemas de gestão da Contratada e/ou Empregado designado para a fiscalização do contrato sem conhecimento do objeto e sem treinamento.	Não recebimento de indenizações provenientes de sinistros cobertos	Contratual	MÉDIA	ALTO	ALTO	MITIGAR	Notificar a CONTRATADA imediatamente após o prazo pactuado e não cumprido. Advertir e, se for o caso, aplicar punição.	Contratada / Gerência de Pessoas (DAPE)



ANEXO IV

TABELA SALARIAL DE CARGOS REGULARES



TABELA SALARIAL DE CARGOS REGULARES

Vigência: a partir de 01/01/2022

ACT: 2021/2023

Correção: 4,5% sobre valores vigentes em 31/12/2021

NÍVEIS	CAT	PAD	SALÁRIO	PAD	SALÁRIO	PAD	SALÁRIO	PAD	SALÁRIO
OPERACIONAL	C							12	2.107,45
	D	13	2.155,51	14	2.225,16	15	2.296,98	16	2.371,21
	E	17	2.447,84	18	2.526,83	19	2.608,48	20	2.692,69
TÉCNICO	A	21	2.779,75	22	2.869,53	23	2.962,16	24	3.057,90
	B	25	3.156,62	26	3.258,60	27	3.363,89	28	3.472,49
	C	29	3.584,66	30	3.700,41	31	3.819,97	32	3.943,38
	D	33	4.070,69	34	4.202,17	35	4.337,96	36	4.478,00
ESPECIALIZADO	A	37	4.622,65	38	4.771,99	39	4.926,08	40	5.085,23
	B	41	5.249,53	42	5.419,00	43	5.594,10	44	5.774,80
	C	45	5.961,31	46	6.153,80	47	6.352,63	48	6.557,78
	D	49	6.769,66	50	6.988,25	51	7.214,04	52	7.447,08
PLENO	A	53	7.687,58	54	7.935,84	55	8.192,17	56	8.456,75
	B	57	8.729,94	58	9.011,95	59	9.302,97	60	9.603,51
	C	61	9.913,70	62	10.233,88	63	10.564,45	64	10.905,73
	D	65	11.257,94	66	11.621,57	67	11.996,98	68	12.384,44
SÊNIOR	A	69	12.784,46	70	13.197,45	71	13.623,69	72	14.063,70
	B	73	14.518,01	74	14.986,93	75	15.471,01	76	15.970,69
	C	77	16.486,59	78	17.019,09	79	17.568,77	80	18.136,27
	D	81	18.722,08	82	19.326,76	83	19.951,10	84	20.595,48

CAT = Categoria; PAD = Padrão



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
 Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

ANEXO V
TABELA DE REMUNERAÇÃO PARA FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CARGOS EM
COMISSÃO

TIPO	Remuneração Global	Função Gratificada
AUDITOR	15.374,38	3.700,74
OUVIDOR	15.374,38	3.700,74
CORREGEDOR	15.374,38	3.700,74
ASSESSOR A1	18.090,84	4.321,62
ASSESSOR A2	15.374,38	3.700,74
ASSESSOR A3	13.150,50	3.164,85
ASSESSOR A4	9.580,95	2.298,34
GERENTE G1	18.090,84	4.321,62
GERENTE G3	15.374,38	3.700,74
GERENTE G5	9.580,95	2.298,34
GERENTE G6	8.212,05	1.961,94
GERENTE G7	7.024,65	1.708,40
GERENTE G8	6.332,25	1.525,48
COORDENADOR C1	15.374,38	3.700,74
COORDENADOR C2	13.150,50	3.164,85
COORDENADOR C3	11.268,15	2.708,56
COORDENADOR C4	9.580,95	2.298,34
COORDENADOR C6	7.024,65	1.708,40
CONSULTOR TÉCNICO 1	13.150,50	3.164,85
CONSULTOR TÉCNICO 2	11.268,15	2.708,56
ASSISTENTE 1 (Antigo A2)	7.651,42	1.840,13
ASSISTENTE 2 (Antigo A3)	5.989,57	1.268,45
SECRETARIO 1 (Executivo)	7.651,42	1.840,13
SECRETARIO 2 (Diretoria)	6.332,25	1.268,45
SECRETARIO 3 (DNB)	5.548,00	1.343,21
ENCARREGADO	5.548,00	1.343,21



ANEXO VI
SINISTRALIDADE DA APÓLICE BÁSICA ATUAL

TIPOS DE SINISTROS	2021	2022
Morte Natural Qualquer Causa	01	05
Indenização Especial por Morte Acidental - IEA	0	02
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IFPD	0	0
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente - IPA	0	0

COBERTURA	EVENTO	DATA DO EVENTO	VALOR SINISTRO
MORTE POR QUALQUER CAUSA	INDENIZACAO	21/02/2022	R\$ 52.495,30
MORTE POR QUALQUER CAUSA	INDENIZACAO	25/06/2022	R\$ 74.470,80
IEA - INDENIZACAO ESPECIAL POR MORTE ACIDENTAL	INDENIZACAO	25/06/2022	R\$ 74.470,80
MORTE POR QUALQUER CAUSA	INDENIZACAO	25/06/2022	R\$ 74.470,80
MORTE POR QUALQUER CAUSA	INDENIZACAO	14/09/2021	R\$ 85.703,40
MORTE POR QUALQUER CAUSA	INDENIZACAO	15/01/2022	R\$ 66.459,20



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A

ANEXO VII
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Timbre da empresa

À

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Av. General Justo, nº 160 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20021-130

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº /202X

Apresentamos ao Senhor(a) a proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na cidade de _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, para a execução e entrega dos serviços abaixo relacionados, conforme critérios e premissas estabelecidas no Processo Licitatório nº _____.

GRUPO 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA DE EMISSÃO DE APÓLICE DE REFERÊNCIA	CAPITAL SEGURADO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL PROPOSTO
1	Emissão de apólice básica , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	%	R\$ 238.858.342,40	R\$ -	R\$ -
2	Emissão de apólice complementar , conforme condições constantes do Termo de Referência.	1,00	%	R\$ 50.777.008,80	R\$ -	R\$ -
VALOR GLOBAL					R\$ -	R\$ -

**Porcentagem da Taxa de Incidência sobre a
Remuneração dos Empregados para o Cálculo do
Valor Mensal do Serviço:**

Apólice Básica: _____ %

Apólice Complementar: _____ %

Local, data

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Assinado com senha por VALESKA BARBEDO DE OLIVEIRA e RENATA LIMA ANDRADE em 16/02/2023 16:22:09.
Documento Nº: 124132.656853-5723 - consulta à autenticidade em
<https://siganav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=124132.656853-5723>



SEDEMMO202300260A